

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental Municipal

ÍNDICE ANALÍTICO

(índice remissivo)

Legislação Municipal

- | | | |
|-----------------------------|---------------------------------|---------------------|
| 1. Angra dos Reis | 20. Casimiro de Abreu | 40. Mangaratiba |
| 2. Aperibé | 21. Comendador Levy Gasparin | 41. Maricá |
| 3. Araruama | 22. Conceição de Macabu | 42. Mendes |
| 4. Areal | 23. Cordeiro | 43. Mesquita |
| 5. Armação dos Búzios | 24. Duas Barras | 44. Miguel Pereira |
| 6. Arraial do Cabo | 25. Duque de Caxias | 45. Miracema |
| 7. Barra do Piraí | 26. Engenheiro Paulo de Frontin | 46. Natividade |
| 8. Barra Mansa | 27. Guapimirim | 47. Nilópolis |
| 9. Belford Roxo | 28. Iguaba Grande | 48. Niterói |
| 10. Bom Jardim | 29. Itaboraí | 49. Nova Friburgo |
| 11. Bom Jesus do Itabapoana | 30. Itaguaí | 50. Nova Iguaçu |
| 12. Cabo Frio | 31. Italva | 51. Paracambi |
| 13. Cachoeiras de Macacu | 32. Itaocara | 52. Paraíba do Sul |
| 14. Cambuci | 33. Itaperuna | 53. Paraty |
| 15. Campos dos Goytacazes | 34. Itatiaia | 54. Paty do Alferes |
| 16. Cantagalo | 35. Japeri | 55. Petrópolis |
| 17. Carapebus | 36. Laje do Muriaé | 56. Pinheiral |
| 18. Cardoso Moreira | 37. Macaé | 57. Piraí |
| 19. Carmo | 38. Macuco | 58. Porciúncula |
| | 39. Magé | 59. Porto Real |
| | | 60. Quatis |
| | | 61. Queimados |

- | | | |
|---------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| 62. Quissamã | 75. São João de Meriti | 88. Três Rios |
| 63. Resende | 76. São José de Ubá | 89. Valença |
| 64. Rio Bonito | 77. São José do Vale do Rio Preto | 90. Varre-Sai |
| 65. Rio Claro | 78. São Pedro da Aldeia | 91. Vassouras |
| 66. Rio das Flores | 79. São Sebastião do Alto | 92. Volta Redonda |
| 67. Rio das Ostras | 80. Sapucaia | 93. Agenda 21 |
| 68. Rio de Janeiro | 81. Saquarema | 94. Agenda 21 Global |
| 69. Santa Maria Madalena | 82. Seropédica | 95. Agenda 21 Local |
| 70. Santo Antônio de Pádua | 83. Silva Jardim | 96. Agenda 21 Local – RJ |
| 71. São Fidélis | 84. Sumidouro | |
| 72. São Francisco de Itabapoana | 85. Tanguá | |
| 73. São Gonçalo | 86. Teresópolis | |
| 74. São João da Barra | 87. Trajano de Moraes | |

- Legislação Municipal -

Angra dos Reis

Legislação	Ementa
1. Decreto nº 8.798, de 2013	Institui os procedimentos do licenciamento urbanístico e ambiental do município de angra dos reis
2. Decreto nº 8.585, de 2012	Dispõe sobre o uso ordenado das embarcações de turismo náutico, proibição de preparo de alimentos e disposição de resíduos nas praias
3. Decreto nº 8.457, de 2012	Dispõe sobre a regulamentação da emissão de autorização do Corte ou Poda de árvores isoladas em área particular.
4. Decreto nº 8.404, de 2012	Dispõe sobre a regulamentação do serviço de corte de árvores pela prefeitura Municipal de Angra dos Reis
5. Decreto nº 7481, de 2010	Regulamenta o procedimento de fiscalização ambiental no município de Angra dos Reis previsto no capítulo XI da Lei nº 1965, de 24 de junho de 2008, e dá outras providências
6. Lei nº 1965, de 2008	Dispõe sobre o novo Código Ambiental do município de Angra dos Reis
7. Lei nº 1.780, de 08 de fevereiro de 2007	Dá nova redação aos dispositivos da Lei Municipal nº 1.754, de 21 de dezembro de 2006 – Novo Plano Diretor Municipal.
8. Lei nº 1754, de 21 de dezembro de 2006	Plano Diretor Municipal de Angra dos Reis – Capítulo III das Diretrizes – Art. 9º.
9. Lei Orgânica do Município de Angra dos Reis, de 04 de abril de 1990	Capítulo VIII – Do Meio Ambiente

(índice analítico)

(índice remissivo)

Aperibé

Legislação	Ementa
Lei Orgânica Municipal de Aperibé de 30 de junho de 1993	Título VI - Disposições Orgânicas Gerais Art. 157
Lei nº 519, de 19 de abril de 2012	Dispõe sobre a instituição da Divisão da Guarda Ambiental, na estrutura da Guarda Municipal de Aperibé.

Data da atualização: 12.03.2019

página 3 de 65

Os links podem sofrer alterações. Caso não esteja visualizando a íntegra, entre em contato com:
seesc@tjrj.ius.br

Lei nº 506, de 26 de dezembro de 2011	Cria o Sistema Municipal de Unidade de Conservação da Biodiversidade de Aperibé e autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar repasse do ICMS à Associação Civil sem fins lucrativos e dá outras providências.
Lei nº 482, de 04 de abril de 2011 Alterada - lei nº 486 de 05 de maio de 2011	Cria o Sistema Municipal de Unidade de Conservação da Biodiversidade de Aperibé e autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar repasse do ICMS à Associação Civil sem fins lucrativos e dá outras providências.
Lei nº 414, de 31 de março de 2009. Alterada - lei 460, de 05 de julho de 2010	Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Aperibé - RJ e dá outras providências.
Lei nº 413, de 31 de março de 2009	Institui o Fundo Municipal do Meio Ambiente de Aperibé - RJ e dá outras providências

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Araruama

Legislação	Ementa
1. Lei orgânica do Município de Araruama, de 2010	Título V – Da ordem econômica e social, capítulo VII, art. 177
2. Decreto nº 41.820 de 16 de abril de 2009	Aprova o Plano de Manejo da área de proteção ambiental de Massambaba – Apa de Massambaba, localizada nos municípios de Saquarema, Araruama e Arraial do Cabo, criada pelo Decreto nº 9.529-C , de 15/12/86
3. Plano Diretor, de 06 de outubro de 2006	Parte III – Título I, Capítulo I da Política Municipal de Meio Ambiente – Art. 7º.
4. Lei Complementar 008 de 09 de junho de 1995	Dispõe sobre a revisão de adequação do zoneamento urbano, estabelecidos pela Lei nº 672, de 06 de novembro de 1990, e dá outras providências.

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Areal

Legislação	Ementa
Código de Posturas	Título I, capítulo II, seção II – Proteção ambiental
Lei Orgânica do Município de Areal, de 24 de janeiro de 1995	Título IV, Capítulo X - Das PolítSeção IX - Da Política do Meio Ambiente Art. 241

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Armação dos Búzios

Legislação	Ementa
1. Decreto nº 358, de 7 de maio de 2015	Institui a Comissão de Inserção Urbanística criada no Plano Diretor de Armação dos Búzios e aprova as disposições para seu funcionamento
2. Decreto nº 357 de 07 de maio de 2015	Dispõe sobre a regulamentação do Relatório de Impacto de Vizinhança, e dá outras providências
3. Lei nº. 1079, de 16 de janeiro de 2015	Dispõe sobre revogar a Lei nº 598, de 4 de julho de 2007, passando o Conselho Municipal de Planejamento de Armação dos Búzios ser regido por esta Lei, e dá outras providências
4. Lei complementar nº 27, de 22 de agosto de 2010	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 14 de 9 de agosto de 2006, Lei de Uso e Ocupação do Solo e dá outras providências. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Município de Armação dos Búzios.
5. Lei complementar nº 19, de 28 de novembro de 2007	Institui o Código do Meio Ambiente do Município de Armação dos Búzios e dá outras providências.
6. Lei nº 548, de 12 de junho de 2006	Dispõe sobre o licenciamento de residências tipo B e estabelecimento hoteleiro, e dá outras providências (Lei esgoto)
7. Lei complementar nº 13, de 2006 – Plano Diretor	Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Armação dos Búzios
8. Lei nº 428, de 2 de março de 2004	Altera a Lei nº 263, de 13 de agosto de 2001. Compensação de impacto negativo na supressão de vegetação.
9. Lei nº 86, de 19 de agosto de 1998	Cria a área de proteção ambiental da praia da Azeda e Azedinha
10. Lei Orgânica do Município de Armação dos Búzios, de 11 de novembro de 1997	Título VII - Capítulo VI - Art. 232

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Arraial do Cabo

Legislação	Ementa
Decreto nº 41.820 de 16 de abril de 2009	Aprova o Plano de Manejo da área de proteção ambiental de Massambaba – APA de Massambaba, localizada nos

Data da atualização: 12.03.2019

página 5 de 65

Os links podem sofrer alterações. Caso não esteja visualizando a íntegra, entre em contato com:
seesc@tjrj.ius.br

	municípios de Saquarema, Araruama e Arraial do Cabo, criada pelo Decreto nº 9.529-C , de 15/12/86
Lei Orgânica do Município de Arraial do Cabo, de 1990	Título VII Da Ordem Econômica, Financeira e o Meio Ambiente Capítulo I - Dos Princípios Gerais Art. 145

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Barra do Pirai

Legislação	Ementa
1. Plano Municipal de Saneamento Básico	
2. Lei Complementar nº 02, de 2009	Institui o Código Ambiental do Município de Barra do Pirai e dá outras providências.
3. Lei Complementar nº 01, de 2009	Reciclagem de lixo
4. Lei Complementar nº 01, de 2006	Plano diretor Participativo do Município de Barra do Pirai
5. Lei Orgânica do Município de Barra do Pirai	Capítulo X – Das políticas municipais, seção IV – Da política do meio ambiente, art. 208

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Barra Mansa

Legislação	Ementa
1. Lei nº 3.848 de 09/11/2009	Dispõe sobre a reciclagem de óleos vegetais como fonte de preservação do meio ambiente ao Município de Barra Mansa e dá outras providências.
2. Lei nº 3.779 de 29/12/2008	Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Barra Mansa.
3. Lei nº 3.049 de 1998	Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente do Município de Barra Mansa-RJ, de conformidade com o art., 23, inc. VI e VII da CF e dá outras providências.
4. Lei nº 2.354 de 26/12/1990	Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e do Meio Ambiente e dá outras providências.
5. Lei nº 1.517 de 14/05/1979	Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Belford Roxo

Legislação	Ementa
Lei Orgânica Municipal de Belford Roxo, de 13 de agosto de 1993	Capítulo X - Seção I - Do Meio Ambiente Art. 230

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Bom Jardim

Legislação	Ementa
Lei Complementar nº 076, de 10 de outubro de 2006 - Plano Diretor	Dispõe sobre o desenvolvimento urbano e rural do Município de Bom Jardim, institui o Plano Diretor Territorial de Bom Jardim e dá outras providências.
Lei Orgânica, 05 de abril de 1990	Título II – Da Competência do Município – Artigo 13 – Incisos VI e VII.

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Bom Jesus do Itabapoana

Legislação	Ementa
1. Lei nº 2725, de 25 de abril de 2011	Altera dispositivos da lei nº 2.369, de 21 de novembro de 2005, que criou o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMMA e dá outras providências.
2. Lei n.º 896, de 1º de outubro de 2009	Cria área de proteção ambiental na faixa de oitocentos metros acima e oitocentos metros abaixo da cachoeira Santa Rosa, localizada no rio Itabapoana, abaixo da vila de Barra do Pirapetinga.
3. Lei n.º 885, de 06 de março de 2009	Cria área de proteção ambiental na faixa de oitocentos metros acima e oitocentos metros abaixo da cachoeira da Fumaça, localizada no rio Itabapoana, abaixo da Vila de Calheiros, 2º Distrito deste Município.
4. Lei n.º 826, de 20 de setembro de 2007	Altera as leis nº 246, de 30 de outubro de 1989 e 545 de 13 de setembro de 1999, que dispõe sobre o Conselho de Defesa do Meio Ambiente e cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

5. Lei n.º 823, de 11 de setembro de 2007	Estabelece o dia municipal da água
6. Lei complementar nº 01, de 06 de novembro de 2006 – Plano Diretor	Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Bom Jesus do Itabapoana em cumprimento ao Estatuto da Cidade e dá outras providências. Capítulo V – Do Meio Ambiente Art. 15
7. Lei nº 2369, de 21 de novembro de 2005	Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMMA e dá outras providências
8. Lei nº 2368, de 21 de novembro de 2005	Cria o conselho municipal de meio ambiente dá outras providências
9. Lei nº 2169, de 27/12/2002	Dispõe sobre a política do meio ambiente do município de Bom Jesus e dá outras providências
10. Lei nº 2142, de 05/09/2002	Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências
11. Lei n.º 681, de 23 de maio de 2002	Dispõe sobre a criação do Parque Natural Municipal de Bom Jesus do Itabapoana.
12. Lei n.º 595, de 10 de novembro de 2000	Dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento sustentável e cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento.
13. Lei n.º 547, de 14 de setembro de 1999	Institui a lei do parcelamento do solo urbano.
14. Lei n.º 545, de 23 de agosto de 1999	Cria o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA)
15. Lei Orgânica Municipal de Bom Jesus do Itabapoana de 5 de abril de 1990	Capítulo XI - Seção VI - Da Política do Meio Ambiente Art.240
16. Lei n.º 246, de 30 de outubro de 1989	Cria o Conselho de Defesa do Meio Ambiente "CODEMA", e dá outras providências.

(índice analítico)

(índice remissivo)

Cabo Frio

Legislação	Ementa
1. Lei nº 2.330, de 2010	Institui o Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental – SMLA, e estabelece infrações e sanções administrativas.
2. Lei nº 2.328, de 2010	Considera de utilidade pública municipal a Cooperativa dos coletores de materiais recicláveis da região dos lagos do Estado do Rio de Janeiro - COOPERFORTE.
3. Lei nº 2.289, de 2010	Institui o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, em consonância com os termos dos arts. 173, 178 e 179 da Lei Orgânica Municipal, com as alterações introduzidas pela Emenda nº 018/2010.

Data da atualização: 12.03.2019

página 8 de 65

Os links podem sofrer alterações. Caso não esteja visualizando a íntegra, entre em contato com:
seesc@tjrj.ius.br

4. Lei nº 2.084, de 2007	Dispõe sobre a proibição de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços de descartarem óleos ou gorduras em geral na rede coletora de esgotos, águas pluviais ou equivalentes, e dá outras providências
5. Lei nº 1.894, de 2006	Dispõe sobre a implantação de aterros sanitários municipais, consorciados ou particulares e condicionantes para a disposição de resíduos domésticos do município em seu perímetro territorial e/ou provindo de outros municípios.
6. Lei complementar nº 04, de 2006	Institui o novo Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento Sustentado, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Cabo Frio, e dá outras providências.
7. Lei nº 1.680, de 2003	Cria a Guarda Marítima e Ambiental do Município de Cabo Frio, estabelece sua competência e atribuições, e dá outras providências.
8. Lei nº 1.492, de 1999	Autoriza a participação do Município de Cabo Frio na Constituição de Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira.
9. Lei nº 1.484, de 1999	Regulamenta o art. 160, VII, da Lei Orgânica Municipal, estabelece medidas de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora nas áreas urbanas do Município de Cabo Frio, e dá outras providências.
10. Lei nº 1.118, de 1991	Dispõe sobre Normas para coleta Seletiva de Lixo e dá outras providências.
11. Lei Orgânica Municipal de Cabo Frio	Título VI - Disposições Orgânicas Gerais, Capítulo I - Do Meio Ambiente Art. 160
12. Lei nº 738, de 1987	Dispõe sobre Normas de Impacto Ambiental.
13. Lei nº 108, de 1979	Dispõe sobre parcelamento do solo e da outras Providências

(índice analítico)

(índice remissivo)

Cachoeiras de Macacu

Legislação	Ementa
Lei nº1777/2009	Dispõe sobre a criação do fórum da Agenda 21 local no âmbito do município de Cachoeiras de Macacu e dá outras providências.
<u>Agenda 21 Local</u>	Fórum Permanente da <u>Agenda 21</u> do município de Cachoeiras de Macacu
Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do

Data da atualização: 12.03.2019

página 9 de 65

Os links podem sofrer alterações. Caso não esteja visualizando a íntegra, entre em contato com:
seesc@tjrj.ius.br

	Fórum Permanente da <u>Agenda 21 Local</u> do Município de Cachoeiras de Macacu
Lei Orgânica Municipal de Cachoeiras de Macacu, de 05 de outubro de 1988	Título VI – Da Ordem Econômica, Financeira e do Meio Ambiente

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Cambuci

Legislação	Ementa
1. Lei nº 54, de 18 de Junho de 2010	Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA e dá outras providências.
2. Lei nº 44, de 25 de Março de 2010	Autoriza o Executivo a realizar com a Secretaria Estadual do Ambiente termo de confissão e parcelamento de débitos, decorrentes da impossibilidade da prestação de contas do Programa PRÓ-LIXO.
3. Lei nº 568, de 26 de dezembro de 2007	Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Educação Ambiental: Água e Saúde nas Escolas da Rede Municipal.
4. Lei Orgânica Municipal de Cambuci de 5 de abril de 1990	Capítulo XI - Seção VI, Da Política do Meio Ambiente Art. 206

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Campos dos Goytacazes

Legislação	Ementa
1. Lei nº 8.096, de 14 de julho de 2009	Institui o programa municipal de conservação e uso racional da água em edificações e estabelece para projetos de edificações coletivas a exigência de hidrômetro em cada unidade autônoma.
2. Lei nº 8.093, de 14 de julho de 2009	Institui o “Programa Municipal de Incentivo ao Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras, de Origem Vegetal ou Animal, de Uso Doméstico ou Industrial”.
3. Lei nº 8.092, de 14 de julho de 2009	Dispõe sobre os procedimentos, a fiscalização e regula o uso e o armazenamento de agrotóxicos no Município de Campos dos Goytacazes.
4. Lei nº 8.091, de 14 de julho de 2009	Dispõe sobre normas e procedimentos ambientais para o licenciamento e fiscalização de postos, terminais retalhistas de

	revenda – TRR's, transporte e de armazenamento de combustíveis e afins no Município e dá outras providências.
5. Lei nº 8.088, de 14 de julho de 2009	Dispõe sobre a proibição de destinar no meio ambiente óleo comestível (óleo de cozinha) e dá outras providências.
6. Lei nº 7.967, de 04 de dezembro de 2007	Dispõe sobre obrigatoriedade do plantio de árvores nos termos que especifica.
7. Lei nº 7.908, de 14 de maio de 2007	Autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Ensino de Coleta Seletiva de Lixo, a ser implantado nas escolas públicas do Município de Campos dos Goytacazes e dá outras providências.
8. Lei nº 7.889, de 26 de dezembro de 2006	Institui a separação do lixo reciclável nos órgãos públicos municipais da administração direta e indireta, e dá outras providências.
9. Lei nº 7.818, de 09 de junho de 2006	Dispõe sobre a instalação de recipientes para a coleta de produtos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente como baterias de telefones celulares usadas e outros.
10. Lei nº 7.664, de 27 de setembro de 2004	Cria Parque Natural Municipal do Taquaruçu.
11. Lei nº 7.661, de 09 de julho de 2004	Torna obrigatória a retirada de cartazes, faixas, galhardetes e afins, sob pena de dano à saúde pública, à postura municipal e ao meio ambiente e dá outras providências.
12. Lei nº 7.660, de 10 de julho de 2004	Modifica a redação da Lei 5.664, de 08 de junho de 1994, que institui o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, e dá outras providências.
13. Lei nº 7.601, de 18 de maio de 2004	Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Instituto Ambiental Biosfera.

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

[Cantagalo](#)

Legislação	Ementa
1. Lei nº 939, de 07 de dezembro de 2009	Institui o Código Ambiental Municipal
2. Lei complementar nº 1, de 2006	Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável De Cantagalo
3. Lei nº 340, de 07 de dezembro de 1998	Altera a redação do artigo 8º da Lei nº 018, de 12 de outubro de 1989 e dá outras providências.
4. Lei nº 18, de 12 de outubro de 1989	Cria a Reserva Ecológica Municipal dos Cambucás e dá outras providências.

Data da atualização: 12.03.2019

página 11 de 65

Os links podem sofrer alterações. Caso não esteja visualizando a íntegra, entre em contato com:
seesc@tjrj.ius.br

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Carapebus

Legislação	Ementa
Lei Complementar nº 07, de 31 de dezembro de 2001	Institui a política de desenvolvimento urbano do município, estabelece as normas para o uso e a ocupação e parcelamento do solo urbano, o sistema viário e transporte, o sistema municipal de planejamento e dá outras providências.
Lei Orgânica Municipal de Carapebus de 20 de maio de 1998	Capítulo VI - Meio Ambiente Seção I Art. 236

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Cardoso Moreira

Legislação	Ementa
Lei Orgânica Municipal de Cardoso Moreira de 4 de dezembro de 1997	Seção VII - Da Política do Meio Ambiente Art. 243

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Carmo

Legislação	Ementa
Lei Orgânica Municipal de Carmo de 05 de abril de 1990	Título XII Do Meio Ambiente - Capítulo I Art. 174

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Casimiro de Abreu

Legislação	Ementa
1. Atribuições CODEMA - Código Ambiental	Capítulo I – Da estrutura
2. Lei nº 1.352 de 04 de março de 2010 - Código Municipal de Meio Ambiente	Institui o Código Municipal de Meio Ambiente de Casimiro de Abreu e dá outras providências.
3. Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu – CODEMA	Estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu – CODEMA
4. Projeto Lei nº	Dispõe sobre a criação do Fórum Permanente da Agenda <u>Agenda 21 Local</u> do município de Casimiro de Abreu e dá outras providências
5. Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da <u>Agenda 21 Local</u> do Município de Casimiro de Abreu
6. Agenda 21 Local	Fórum Permanente da <u>Agenda 21</u> do município de Casimiro de Abreu
7. Lei Orgânica Municipal de Casimiro de Abreu promulgada a 1º de abril de 1990	Título V - Capítulo VII - Do Meio Ambiente – Art 201

(índice analítico)

(índice remissivo)

Comendador Levy Gasparin

Legislação	Ementa
1. Lei 582, de 20 de setembro de 2007	Dispõe sobre o corte de árvores no Município e dá outras providências.
2. Lei nº 350 DE 04 de setembro de 2000	Institui o Dia Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.
3. Lei nº 319 de 23 de setembro de 1999	Cria o Conselho do Meio Ambiente
4. Lei Orgânica do Município de Comendador Levy Gasparian	Capítulo X - Seção VII - Da Política do Meio Ambiente e Agropecuária Art. 226

(índice analítico)

(índice remissivo)

Conceição de Macabu

Legislação	Ementa
Lei Orgânica do Município Conceição de Macabu de 05 de abril de 1990	Título V - Capítulo I - Seção V - Da Política do Meio Ambiente Art. 189

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Cordeiro

Legislação	Ementa
Lei nº 1629, de 04 de agosto de 2011.	Cria o Programa Bairro Saudável no Município de Cordeiro e dá outras providências.
Lei nº1597, de 28 de abril de 2011.	Dispõe sobre a criação do Adote um Agente Ambiental Voluntário e dá outras providências.
Lei nº1552, de 18 de novembro de 2010.	Institui o Projeto Recicle seu Lixo: Salve o Planeta em Cordeiro e dá outras providências.

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Duas Barras

Legislação	Ementa
1. Lei nº 1.032, de 2010	Código Municipal de Meio Ambiente do Município de Duas Barras.
2. Lei nº 968 de 23 março de 2009	Dispõe sobre a coleta de lixo em recipientes distintos e identificados para depósitos de resíduos secos e molhados.
3. Lei nº, 967, de 09 de março de 2009	Dispõe sobre a autorização para a criação da Guarda Municipal Ambiental e dá outras providências.
4. Lei nº 965 de 26 de fevereiro de 2009	Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.
5. Lei 972, de 26 de março de 2009	Dispõe sobre a criação do programa municipal Água fonte de vida com o objetivo de promover a melhoria da qualidade das águas e assegurar a disponibilidade dos recursos hídricos por meio de mobilização da sociedade civil para o cuidado e a

	conservação das nascentes e áreas de cabeceiras em território municipal
6. Lei Orgânica	Título IV, Capítulo VII, artigo 275

(índice analítico)

(índice remissivo)

Duque de Caxias

Legislação	Ementa
1. Decreto nº 5.623, de 2009	Institui a separação de resíduos descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativa dos catadores de material.
2. Lei nº 2.191, de 07 de julho de 2008	Determina utilização de material reciclável para confecção de placas no Município de Duque de Caxias.
3. Lei nº 2055 de 14/6/2007	Dispõe sobre a obrigatoriedade do Município no plantio de mudas de árvores a cada nascimento e conseqüente registro em Duque de Caxias e dá outras providências.
4. Lei nº 2.051, de 12 de junho de 2007	Obriga os estabelecimentos comerciais a usarem sacolas biodegradáveis e dá outras providências.
5. Lei nº 2.022, de 30 de dezembro de 2006	Dispõe sobre a Política Municipal de Proteção, Conservação e melhoria do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências.
6. Lei Orgânica do Município de Duque de Caxias, 5/4/1990	Título II, Capítulo V - Seção IV - Do Meio Ambiente Art. 119

(índice analítico)

(índice remissivo)

Engenheiro Paulo de Frontin

Legislação	Ementa
Decreto nº 51/2009 - Código de Posturas do Município de Engenheiro Paulo de Frontin	Título IV - Das Medidas Referentes ao Meio Ambiente; Capítulo I - Regras Gerais
Lei nº 615-A/99	Código Ambiental
Lei Orgânica	Título IV, Capítulo IX, Seção VI - Da Política do Meio Ambiente, art. 222

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Guapimirim

Legislação	Ementa
1. Lei nº 639, de 2009	Altera o art. 2º da Lei 599 de 16 de abril, de 2008, que dispõe sobre o estabelecimento do programa da Agenda 21 Local e a criação do Fórum da Agenda 21 de Guapimirim e dá outras providências
2. Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da Agenda 21 Local do Município de Guapimirim
3. Agenda 21 Local	Fórum Permanente da Agenda 21 do município de Guapimirim
4. Lei Orgânica Municipal de Guapimirim, de 30 de junho de 1993	Capítulo IX - Seção VI - Da Política do Meio Ambiente art. 282

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Iguaba Grande

Legislação	Ementa
Lei 979, de 28 de dezembro de 2010	Institui o Código de Meio Ambiente do Município de Iguaba Grande e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMMMA.
Lei Complementar 82, de 22 de julho de 2008	Plano Diretor do Município. Título V - Capítulo I - Da Política do Meio Ambiente Art. 132
Lei Orgânica do Município de Iguaba Grande de 08 de junho de 1997	Título VI - Capítulo X - Do Meio Ambiente Art. 238

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Itaboraí

Legislação	Ementa
1. Lei nº 2176, de 28 de dezembro 2010	Dispõe sobre a política ambiental do Município de Itaboraí, e dá outras providências.

2. Decreto nº 61, de 30 de agosto de 2010	Estabelece procedimentos administrativos a serem adotados na constatação de infrações e aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental municipal.
3. Lei nº 2122, de 9 de dezembro de 2009	Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de contadas lesivas ao meio ambiente no Município de Itaboraí, e dá outras providências.
4. Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da <u>Agenda 21 Local</u> do Município de Itaboraí
5. <u>Agenda 21 Local</u>	Fórum Permanente da <u>Agenda 21</u> do município de Itaboraí
6. Lei Complementar nº 71, de 15 de dezembro de 2008	Institui o Código do Meio Ambiente do Município de Itaboraí-RJ e dá outras providências
7. Lei nº 2070, de 2008	Institui o Fundo Municipal da <u>Agenda 21</u> e dá outras providências
8. Decreto nº 89, de 2007	Regulamenta a Lei nº 2023, de 2007; que dá nova redação à Lei nº 1725, de 2002, e dá outras providências
9. Lei nº 2023, de 2007	Dá nova redação à Lei 1725, de 2002, e dá outras providências
10. Lei nº 1725, de 2002	Cria no âmbito do município de Itaboraí a <u>Agenda 21 Local</u> e dá outras providências

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Itaguaí

Legislação	Ementa
Lei orgânica de Itaguaí - 2011	Capítulo IX - Da Política do Meio Ambiente

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Italva

Legislação	Ementa
Lei 404 de 2002	Faz alterações no Código Sanitário e de Higiene Pública do Município de Italva e dá outras providências

Lei 404, de 28 de dezembro de 2001	Institui o Código Sanitário e de Higiene Pública do Município de Italva e dá outras providências
Lei 01/1990	Lei Orgânica do Município de Italva

(índice analítico)

(índice remissivo)

Itaocara

Legislação	Ementa
1. Lei 843/2010	Dispõe sobre a autorização para criação da Guarda Municipal Ambiental e dá outras providências
2. Lei 819/2009	Cria o fundo Municipal de conservação ambiental – FUMPROCAM – e dá outras providências
3. Lei 400/1997	Dá nova redação, modifica os anexos da Lei 302, de 19 de julho de 1993, cria a secretaria de Meio Ambiente, cargos comissionados, funções gratificadas e dá outras providências
4. Lei 302/1993	Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Itaocara e dá outras providências

(índice analítico)

(índice remissivo)

Itaperuna

Legislação	Ementa
Lei nº 404/2007	Lei de parcelamento do solo urbano de Itaperuna
Lei 403/2007	Plano diretor participativo
Lei Orgânica de 5 de abril de 1990	Lei Orgânica do Município de Itaperuna

(índice analítico)

(índice remissivo)

Itatiaia

Legislação	Ementa
------------	--------

Lei Complementar nº 8, de 1998	Institui o Código de Posturas do Município de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências
---------------------------------------	--

(índice analítico)

(índice remissivo)

Japeri

Legislação	Ementa
1. Lei 1242/2012	Dispõe sobre a criação da secretaria municipal de comunicação, secretaria municipal de desenvolvimento econômico, indústria e comércio, secretaria municipal do ambiente e desenvolvimento sustentável, secretaria municipal de cultura, secretaria municipal de assuntos institucionais, cria o cargo de secretário executivo, altera o símbolo do cargo de tesoureiro municipal e dá outras providências
2. Lei 1241/2012	Dispõe sobre o acréscimo de inciso no art. 3º da Lei 1220/2011, que regulamenta o regimento interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Japeri – COMDEMA
3. Lei 17/2012	Dispõe sobre o acréscimo de inciso no artigo 3º da Lei 1.220/2011, que regulamenta o regimento interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Japeri - COMDEMA
4. Lei 1220/2011	Dispõe sobre o regimento interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Japeri – COMDEMA
5. Lei 1196/2010	Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente FMMA, e dá outras providências
6. Lei 1195/2010	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente COMDEMA, e dá outras providências
7. Lei 908/2000	Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMAB e dá outras providências
8. Lei 196/1994	Fica criado o conselho municipal de meio ambiente desenvolvimento, diretamente ligado ao prefeito e dá outras providências

(índice analítico)

(índice remissivo)

Laje do Muriaé

(não foram localizados registros legislativos no site deste município, em 12.03.2019)

Legislação	Ementa
Lei Orgânica do Município de Laje do Muriaé	
Lei municipal nº 65, de 25/06/1985	Código de obras e edificações do Município de Laje do Muriaé
Lei municipal nº 50, de 16/11/1984	Institui o Código de postura do Município e dá outras providências

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Macaé

Legislação	Ementa
1. Lei nº 3.345, de 2010	Dispõe sobre a reformulação da Lei 2401/03, que trata do Fundo Ambiental
2. Lei complementar nº 149, de 2010	Altera dispositivo do Código Municipal de Meio Ambiente
3. Lei nº 3.010, de 2007	Disciplina o plantio, o replantio, a poda, a supressão, o transplante e o uso adequado e planejamento da arborização urbana, e dá outras providências.
4. Decreto nº 90, de 2002	Dispõe sobre a regulamentação do Licenciamento Ambiental e do Cadastro Ambiental
5. Lei Complementar nº 027, de 2001	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Macuco

Legislação	Ementa
Lei 89/1999	Proíbe o corte indiscriminado de árvores no Município
Lei 54/1998	Identificação das áreas de proteção ambiental, biológicas e patrimônio Histórico Cultural
Lei 12/1997	Institui o Conselho Municipal de Política Agrícola e Pesca

Lei 43/1997	Institui penalidades a cidadãos que jogarem lixo em locais não apropriados
--------------------	--

(índice analítico)

(índice remissivo)

Magé

Legislação	Ementa
Agenda 21 Local	Cria no âmbito do município de Magé a Agenda 21 Local
Lei nº 1773/2006, de 20 de outubro de 2006	Plano Diretor Urbanístico e Territorial
Lei Orgânica Municipal de Magé, de 05 de abril de 1990	Art. 248 – Da política do meio ambiente

(índice analítico)

(índice remissivo)

Mangaratiba

Legislação	Ementa
1. Decreto nº 1.912, de 01 de dezembro de 2008	Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 325, de 26 de dezembro de 2001 e Lei nº 12 de 01 de setembro de 1989
2. Lei nº 637, de 03 de julho de 2008	Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no município de Mangaratiba, e dá outras providências.
3. Lei nº 538, de 25 de setembro de 2006	Revoga o parágrafo único do artigo 110, da Lei nº 325/01 e estabelece tabela de multas a serem aplicadas por força do cumprimento do artigo 106, da mesma lei
4. Lei nº 458, de 10 de agosto de 2005	Dá nova redação ao art. 17, da Lei nº 325 de 26 de dezembro de 2001 – Código Municipal de Meio Ambiente
5. Lei nº 325, de 26 de dezembro de 2001	Cria o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências
6. Lei Orgânica Municipal de Mangaratiba, de 05 de abril de 1990	Título V – Capítulo VIII – Do Meio Ambiente.

(índice analítico)

(índice remissivo)

Maricá

Legislação	Ementa
1. Lei nº 2368, de 16 de maio de 2011	Dispõe sobre a criação de unidades de conservação municipal nas serras de Maricá e seus limites
2. Lei nº 2364, de 28 de abril de 2011	Dispõe sobre a instituição do programa <u>Agenda 21 Local</u> e do <u>Fórum</u> da agenda 21 no município de Maricá
3. Lei nº 2352, de 20 de outubro de 2010	Dispõe sobre a proibição de estabelecimentos comerciais descartarem óleo comestível ou gorduras em geral na rede coletora de outras providências
4. Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da <u>Agenda 21 Local</u> do Município de Maricá
5. <u>Agenda 21 Local</u>	Fórum Permanente da <u>Agenda 21</u> do município de Maricá
6. Lei nº 2292, de 16 de abril de 2009	Institui o Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental – FMPCA – e institui seu Conselho Gestor
7. Lei nº 2132, de 20 de outubro de 2005	Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Maricá e dá outras providências
8. Lei nº 2126, de 06 de julho de 2005	Autoriza a participação do município de Maricá na constituição do consórcio intermunicipal para gestão ambiental das bacias da região dos lagos, do rio São João e Zona Costeira
9. Lei nº 1670 de 28 de julho de 1997	As ONG'S (Organizações Não – Governamentais) ambientalistas ou comunitárias, legalmente constituídas e que tenham dentro seus objetivos estatutários a proteção ao meio ambiente, poderão promover a vigilância do cumprimento da legislação ambiental municipal, bem como participar das atividades de fiscalização ambiental promovidas pelo Departamento de Posturas Municipais e de Meio Ambiente, órgão da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, observado o disposto nesta Lei
10. Lei nº 1598 de 20 de dezembro de 1996	Cria no Município de Maricá o Programa da <u>Agenda 21 Local</u> , com a finalidade de normalizar, facilitar e integrar as ações necessárias ao planejamento sócio-econômico-ambiental participativo
11. Lei nº 960 de 23 de julho de 1991	Cria no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente um órgão com funções fiscalizadoras e pesquisadoras, que controlem e orientem a população sobre a poluição das praias do Município
12. Lei nº 485, de 11 de junho de 1985	Cria a Secretaria de Obras e Meio Ambiente

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Data da atualização: 12.03.2019

página 22 de 65

Os links podem sofrer alterações. Caso não esteja visualizando a íntegra, entre em contato com:
seesc@tjrj.ius.br

Mendes

(não foram localizados registros legislativos no site deste município, em 12.03.2019)

Legislação	Ementa
1. Lei Municipal nº 1561, de 30 de maio de 2012	Define normas para descarte voluntário de remédios vencidos ou fora de uso.
2. Lei Municipal nº1560, de 30 de maio de 2012	Cria Campanha Permanente para colocação do lixo em local apropriado.
3. Lei municipal nº 1.456 de 23 de novembro de 2010	Dispõe sobre os empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental foram transferidos ao município, regulamenta a indenização de licenciamento ambiental de impacto local, referente ao custeio das despesas relativas à análise e processamento dos requerimentos de licenças ambientais municipais e dá outras providências
4. Lei Municipal nº 1421 de 23 de março de 2010	Dispõe sobre o projeto uma criança uma árvore.

(índice analítico)

(índice remissivo)

Mesquita

Legislação	Ementa
1. Lei Ordinária nº 606 de 30 de dezembro de 2009	Dispõe sobre a política municipal de saneamento básico de mesquita e estabelece outras providências
2. Lei Ordinária nº 601, de 29 de dezembro de 2009	Institui a política municipal de educação ambiental e dá outras providências
3. Lei nº 503, de 16 de dezembro de 2008	Institui a taxa de manejo de resíduos sólidos
4. Decreto nº 701, de 06 de novembro de 2008	Regulamentação do Fundo Municipal de Meio Ambiente
5. Lei nº 485, de 19 de setembro de 2008	Altera os artigos 3º, 5º, inciso VII, 6º, inciso I, item 1, 9º, 13, 17, 18, 19, 24, 26, 27 e acrescenta artigo na Lei nº 239 de 14 de março de 2006
6. Lei nº 474, de 03 de setembro de 2008	Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no município de mesquita, e dá outras providências
7. Lei nº 473, de 02 de setembro de 2008	Cria o Sistema de Licenciamento e Controle Ambiental Municipal – SILCAM e dá outras providências

8. Decreto nº 595, de 23 de novembro de 2007	Dispõe sobre a criação, composição, objetivo e atribuições do Fórum para a implantação da Agenda 21 do Município de Mesquita e dá outras providências
9. Decreto nº 456, de 20 de outubro de 2006	Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Mesquita no Município de Mesquita, no Estado do Rio de Janeiro
10. Lei nº 239, de 14 de março de 2006	Dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente e a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e do Fundo Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências
11. Lei nº 211, de 05 de outubro de 2005	Dispõe sobre reflorestamento do Município de Mesquita.
12. Lei nº 131, de 28 de novembro de 2002	Dá redação aos incisos I e III do § 3º do artigo 2º da Lei nº 065 de 14 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a criação do programa da agenda 21, com a finalidade de normatizar, facilitar e integrar as ações necessárias ao planejamento sócio-econômico ambiental participativo, e dá outras providências
13. Lei nº 128, de 11 de novembro de 2002	Institui o Código Sanitário do Município de Mesquita do Estado do Rio de Janeiro
14. Lei nº 65, de 14 de janeiro de 2002	Cria, no âmbito do Município de Mesquita, o Programa da Agenda 21, com a finalidade de normatizar, facilitar e integrar as ações necessárias ao planejamento sócioeconômico-ambiental participativo
15. Lei complementar nº 2/2002	Código de Meio Ambiente de Mesquita

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Miguel Pereira

Legislação	Ementa
Lei complementar nº 133, de 21/09/2006	Institui o Plano Diretor participativo de Miguel Pereira
Lei complementar nº 19, de 08/05/1995	Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Miguel Pereira
Lei Orgânica Municipal de Miguel Pereira, de 05/04/1990	

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Miracema

Legislação	Ementa
1. Lei municipal 1471/2013	Dispõe sobre a proibição de colagem e/ou fixação de propagandas
2. Lei complementar nº 1129, de 07/10/2006	Institui o Plano Diretor do Município de Miracema
3. Lei Orgânica do Município de Miracema, de 12/07/1999	
4. Lei nº 740, de 21/12/1998	Institui o Código de Posturas do Município de Miracema

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Natividade

Legislação	Ementa
Lei nº 365, de 2007	Cria o Programa “Futuro Mais Verde”.
Lei Orgânica Municipal de Natividade de 05 de abril de 1990	Capítulo VIII - Do Meio Ambiente Art. 192

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Nilópolis

Legislação	Ementa
Lei complementar nº 68, de 03/10/2006	Institui o Plano Diretor do Município de Nilópolis
Lei Orgânica do Município de Nilópolis, de 05/04/1990	

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Niterói

Legislação	Ementa
1. Lei Municipal nº 3.006, DE 11/01/2013	Altera o Código Municipal Ambiental para acabar com a poluição sonora das sinaleiras de garagem de prédios no

	período de 22h às 07h.
2. Lei Municipal nº 2.687, de 30/12/2009	Altera dispositivo na Lei nº 2.602/08 (Código Municipal do Meio Ambiente).
3. Lei Municipal nº 2.635, de 20/01/2009	Institui a Política Niteroiense de Combate ao Aquecimento Global e dá outras providências.
4. Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da <u>Agenda 21 Local</u> do Município de Niterói
5. <u>Agenda 21 Local</u>	Fórum Permanente da <u>Agenda 21</u> do município de Niterói
6. Lei Municipal nº 2.602, de 14/10/2008	Institui o Código Ambiental do Município de Niterói

(índice analítico)

(índice remissivo)

Nova Friburgo

Legislação	Ementa
1. Lei nº 4.033, de 2011	Institui o Plano Integrado de Gerenciamento e o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da construção civil e resíduos volumosos, de acordo com o previsto na Resolução do CONAMA nº 307, de julho de 2002, e dá outras providências
2. Lei nº 3.979, de 2011	Cria o Programa de Reciclagem de entulhos de construção civil do Município de Nova Friburgo, e dá outras providências
3. Lei nº 3.945, de 2011	Dispõe sobre a coleta de frascos de medicamentos vazios ou vencidos, no âmbito do Município de Nova Friburgo, e dá outras providências
4. Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da <u>Agenda 21 Local</u> do Município de Nova Friburgo
5. <u>Agenda 21 Local</u>	Fórum Permanente da <u>Agenda 21</u> do município de Nova Friburgo
6. Lei nº 3.721, de 2009	Dispõe sobre a prevenção e a punição a Atos de Poluição e de Agressão ao Meio Ambiente no âmbito do Município de Nova Friburgo
7. Lei Complementar nº 45, de 2009	Institui o Código do Meio Ambiente do Município de Nova Friburgo, e dá outras providências
8. Lei nº 3.172, de 08 de janeiro de 2002	Cria normas e procedimentos para o serviço de coleta, reciclagem e disposição final de lâmpadas fluorescentes e outros produtos contendo mercúrio no Município de Nova Friburgo

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Nova Iguaçu

Legislação	Ementa
1. Lei nº 3.880, de 30 de outubro de 2007	Autoriza a criação de sociedade que terá como objeto prestar o serviço público de saneamento básico no município de Nova Iguaçu
2. Lei nº 3.849, de 28 de junho de 2007	Cria a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, diretamente subordinada ao Prefeito Municipal, com a finalidade de coordenar as atividades, de todas as ações ambientais, desde a educação ambiental, bem como todas as atividades de licenciamento ambiental
3. Lei nº 3.750, de 29 de dezembro de 2005	Introduz na grade Extra Curricular das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Conscientização Ambiental em Nova Iguaçu
4. Lei Complementar nº 006, de 12 de dezembro de 1997	Revisa o Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu e dá outras providências
5. Lei nº 2.868, de 03 de dezembro de 1997	Consigna a Política Municipal do Meio Ambiente

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Paracambi

(não foram localizados registros legislativos no site deste município, em 12.03.2019)

Legislação	Ementa
Lei nº 893/2008	Cria a Brigada Florestal de Paracambi

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Paraíba do Sul

Legislação	Ementa
Lei nº 2.493 de 05 de outubro de 2006	Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul - PDDT

Lei Orgânica do Município de Paraíba do Sul, de 05/04/1990

Lei nº 1124, de 25/11/1979

Código de Obras do Município de Paraíba do Sul

(índice analítico)

(índice remissivo)

Paraty

Legislação	Ementa
1. Lei nº 1.621, de 2008	Disciplina que as empresas, distribuidoras e que comercializam no atacado e no varejo, disquetes, cd's e dvd's, localizadas no município de Paraty, informem da necessidade do descarte deste material, em local apropriado, como forma de proteção ao meio ambiente
2. Lei nº 1.620, de 2008	Dispõe sobre a substituição e reciclagem de embalagens em estabelecimentos comerciais localizados no Município de Paraty como forma de Proteção do Meio Ambiente e dá outras providências
3. Lei nº 1.614, de 2008	Dispõe sobre a obrigatoriedade de redução de resíduos por empreendimento público ou privado
4. Lei nº 1.497, de 2006	Dispõe sobre normas para os estabelecimentos geradores de resíduos de serviço de saúde e dá outras providências
5. Lei nº 1455, de 2004	Estabelece normas para apresentação de projetos de Lei ou outra deliberação que produza alterações ou qualquer interferência no meio ambiente e na qualidade de vida dos moradores do Município de Paraty
6. Lei nº 1448, de 2004	Autoriza o Poder Executivo a criar o banco de dados ambientais - BDA
7. Lei nº 1097, de 1998	Inclui no currículo das escolas municipais de Paraty/RJ a disciplina "Educação Ambiental" e dá incentivo para que a matéria seja ministrada nas escolas Estaduais e Particulares do Município
8. Lei nº 892, de 1992	Autoriza o Poder Executivo a criar nas escolas municipais os "PELOTÕES ESTUDANTIS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE"
9. Lei nº 685, de 1984	Declara área de proteção ambiental da Baía de Paraty

(índice analítico)

(índice remissivo)

Paty do Alferes

(não foram localizados registros legislativos no site deste município, em 12.03.2019)

Legislação	Ementa
1. Decreto nº 4011, de 25/03/2014	Cria área de proteção ambiental de Avelar – APA – e dá outras providências
2. Lei municipal nº 1691, de 20/12/2010	Dispõe sobre o Código de Política Ambiental do Município
3. Lei Complementar nº 10, de 10/10/2006	Dispõe sobre a política urbana do município, instituindo o Plano Diretor da Cidade de Paty do Alferes
4. Lei Orgânica do Município de Paty do Alferes, de 23/04/1990	

(índice analítico)

(índice remissivo)

Petrópolis

Legislação	Ementa
1. Lei Municipal nº 7.042, de 28/12/2012	Dispõe sobre diretrizes para a instituição do programa de coleta seletiva contínua de resíduos eletrônicos e tecnológicos no Município de Petrópolis, e dá outras providências
2. Lei Municipal nº 7.036, de 28/12/2012	Dispõe sobre a realização trimestral de procedimento de inspeção sanitária e coleta de amostras das águas de reservatórios das escolas, creches e unidades de saúde do Município de Petrópolis
3. Lei Municipal nº 7.034, de 28/12/2012	Institui princípios e diretrizes para a política municipal de educação ambiental no Município de Petrópolis.
4. Lei Municipal nº 7.028, de 28/12/2012	Dispõe sobre a proteção, preservação e conservação da fauna e flora existente ao longo do Rio Piabanha e seus afluentes.
5. Lei Municipal nº 7.018, de 28/12/2012	Dispõe sobre a criação de área de proteção do ambiente cultural denominada Corredor Cultural de Petrópolis, e dá outras providências.
6. Lei Municipal nº 6.857, de 16/06/2011	Proíbe o plantio, em áreas públicas do Município de Petrópolis, de espécie de árvore que menciona.
7. Lei Municipal nº 6.855, de 08/06/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras contratarem responsável técnico em meio ambiente e dá outras providências.
	Dispõe sobre a obrigação dos fabricantes e fornecedores de computadores em receber suas representações, filiais ou

8. Lei Municipal nº 6.825, de 15/03/2011	matrizes, para reciclagem, computadores obsoletos descartados pelo consumidor, no âmbito do Município de Petrópolis.
9. Lei Municipal nº 6.818, de 25/02/2011	Cria o Dia Municipal de limpeza e preservação do Rio Piabanha e outras providências
10. Lei Municipal nº 6.748, de 29/04/2010	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Tratamento e Reciclagem de Óleos na forma que especifica.
11. Lei Municipal nº 6.723, de 06/01/2010	Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de automóveis e de motocicletas de plantar uma árvore para cada veículo/moto zero quilometro vendido no Município.
12. Lei Municipal nº 6.628, de 17/12/2008	Dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas e dá outras providências.
13. Lei nº 6.618 de 16 de dezembro de 2008	Estabelece multa para maus-tratos a animais e sanções administrativas a serem aplicadas a quem os praticar, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, no âmbito do Município de Petrópolis e dá outras providências.
14. Lei Municipal nº 6.545, de 16/04/2008	Proíbe a realização de ablação parcial ou total das cordas vocais (cordotomia) em animais.
15. Lei nº 6.495 de 06 de dezembro de 2007	Dispõe sobre critérios e procedimentos destinados à atividade de Licenciamento Ambiental no Município de Petrópolis e estabelece a Taxa de Licenciamento Ambiental e dá outras providências.
16. Decreto nº 568 de 29 de outubro de 2007	Altera o Art. 1º e o § 1º do Art. 3º e cria o § 3º no Art. 3º do Decreto nº 181, de 30 de novembro de 2005, e dá outras providências.
17. Lei municipal nº 6.477, de 20/09/2007	Institui no calendário oficial do Município de Petrópolis, o Dia dos Animais.
18. Decreto nº 482 de 01 de junho de 2007	Dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal nº 6.389, de 14.11.2006, em especial, com relação aos seus artigos 11, 20, 23, 35, §3º, 41, 44, Parágrafo Único, 45 e 46.
19. Decreto nº 471 de 15 de maio de 2007	Cria o Parque Natural Municipal de Petrópolis, e dá outras providências.
20. Lei Municipal nº 6.433, de 13/04/2007	Institui a Semana Municipal de Prevenção a Desastres Naturais, no Município de Petrópolis.
21. Lei nº 6.389 de 14 de novembro de 2006	Dispõe sobre normas gerais de fiscalização ambiental e sobre o controle, o monitoramento, a preservação, a proteção e a recuperação da flora no Município de Petrópolis.
22. Lei nº 6.362 de 02 de junho de 2006	Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.
23. Decreto nº 281 de 17 de maio de 2006	Altera o Decreto nº 181 de 30 de novembro de 2005, que regulamenta o Fundo Municipal de Conservação Ambiental – FMCA.

24. Decreto nº 181 de 30 de novembro de 2005	Regulamenta o Fundo Municipal de Conservação Ambiental – FMCA, criado pelo Art. 196 da Lei Orgânica do Município de Petrópolis e instituído pelo Decreto n. 401, de 08 de Abril 1991, e dá outras providências.
25. Lei nº 6.280 de 30 de setembro de 2005	Institui no Calendário Oficial do Município a data do Dia Mundial das Águas.
26. Decreto nº 049, de 03 de maio de 2005	Dispõe sobre a isenção de I.P.T.U sobre área degradada que seja recuperada e mantida como área de reserva.
27. Lei nº 6.240 de 21 de janeiro de 2005	Código de Posturas do Município de Petrópolis
28. Lei nº 6.187 de 25 de novembro de 2004	Cria no calendário oficial de eventos, do Município de Petrópolis, a "Semana da Árvore" e dá outras providências.
29. Lei Municipal nº 6.101, de 31/03/2004	Permite o uso para indústria de exploração e envasamento de água mineral na área que especifica.
30. Lei Municipal nº 6.097, de 09/03/2004	Cria o Plano de Controle de Qualidade do Ar e determina outras providências.
31. Resolução nº 001 de 29 de maio de 2003	Regulamenta os pedidos de vistoria para corte ou supressão de vegetação a se protocolar junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
32. Decreto nº 424 de 28 de agosto de 2002	Regulamenta o art. 2º, inc. XV da Lei 5.817, de 23 de outubro de 2001, que cria a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.
33. Lei municipal nº 5.876, de 16/05/2002	Institui o "DIA MUNICIPAL DE DEFESA E VALORIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE", no Município de Petrópolis.
34. Lei Municipal nº 5.843, de 14/01/2002	Dispõe sobre a coleta de baterias de telefones celulares, e dá outras providências.
35. Lei nº 5.817 de 23 de outubro de 2001	Cria a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.
36. Lei Municipal nº 5.801, de 14/09/2001	Disciplina a instalação das estações de rádio base (ERB S), microcélulas de telefonia celular e equipamentos afins e dá outras providências.
37. Lei Municipal nº 5.624, de 26/06/2000	Proíbe a instalação de estações de rádio base de telefonia celular (ERB s) e microcélulas para reprodução de sinal e equipamentos afins.
38. Lei Municipal nº 5.465, de 23/12/1998	Dispõe sobre a necessidade de o Poder Público atender ao disposto na Constituição Federal no que se refere à educação ambiental.
39. Lei Municipal nº 5.437, de 23/11/1998	Dispõe sobre a utilização de aparelho sonoro em veículos de recolhimento de lixo e de entrega de botijões de gás.
40. Lei Municipal nº 5.379, de 07/01/1998	Dispõe sobre a limpeza e manutenção de reservatório de água destinada ao consumo humano nos prédios e condomínios residenciais e comerciais e repartições públicas

	do Município de Petrópolis.
41. Lei Municipal nº 5.045, de 20/10/1993	Dispõe sobre a fabricação, a comercialização e o uso de pára-raios radioativos e dá outras providências.
42. Lei Municipal nº 4.784, de 21/12/1990	Dispõe sobre a criação da Comissão Municipal de Controle de Agrotóxicos e Outros Biocidas (COMCAB).
43. Lei Municipal nº 4.701, de 11/01/1990	Dispõe sobre a criação e a organização de Quadro de Voluntários para o combate a incêndio, calamidade pública e defesa do meio ambiente.
44. Lei Municipal nº 4.698, de 05/01/1990	Estabelece normas para terraplanagem com movimento igual ou superior a 50m3 de terra.
45. Lei Municipal nº 4.457, de 23/12/1986	Torna obrigatória a exigência de instalação de estação de tratamento de efluentes em conjuntos residenciais ou industriais.
46. Lei Municipal nº 3.988, de 13/06/1979	Dá nova redação ao § 2º, do art. 58, da Deliberação nº 2.912 de 24 de setembro de 1970.
47. Lei nº 3.981 de 29 de maio de 1979	Cria o Conselho Municipal De Defesa Do Meio Ambiente - COMDEMA, órgão consultivo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Petrópolis
48. Decreto nº 143 de 22 de março de 1976	Código de Obras - REGULAMENTO DE CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES
49. Deliberação nº 3.510, de 20/12/1973	Estabelece prazo de que trata a Deliberação nº 2912/70.
50. Deliberação nº 3.108, de 30/09/1971	Determina o plantio de árvores frutíferas em Logradouros Públicos
51. Deliberação nº 2.912, de 24/09/1970	Estabelece normas para o Desenvolvimento Urbano e Regional do Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências
52. Deliberação nº 1.992, de 29/09/1964	Institui o plano de proteção aos bens naturais do Município de Petrópolis
53. Deliberação nº 658, de 09/04/1956	Proíbe derrubada de matas

(índice analítico)

(índice remissivo)

Pinheiral

Legislação	Ementa
Lei complementar nº 003, 30/06/2008	Estabelece o Plano Diretor do Município de Pinheiral e dá outras providências

Lei nº 387, 05/01/2007	Institui o Código de Postura do Município de Pinheiral
Lei orgânica do Município de Pinheiral, 15/11/1997	

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Piraí

Legislação	Ementa
Lei Complementar nº 18, de 22 de dezembro de 2008	Cria o Código Municipal do Meio Ambiente de Piraí, e dá outras providências.

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Porciúncula

Legislação	Ementa
1. Lei nº 1.820/2010	Dispõe sobre o Prêmio Ecologia e Ambientalismo.
2. Lei nº 1.772/2009	Cria o programa “Cidade Saudável” e estabelece critérios e procedimentos para implantação de áreas de conservação ambiental
3. Lei nº 1.771/2009	Dispõe sobre a criação de áreas municipais de proteção ambiental
4. Lei nº 1.790/2009	Autoriza o Poder Executivo a criar, nas escolas municipais, os “Pelotões Estudantis de Proteção ao Meio Ambiente
5. Lei Complementar nº 66/2009	Dá nova redação a Lei Complementar nº 05, de 05/07/96 (Política Municipal do Meio Ambiente) e dá outras providências
6. Lei nº 1658/2007	Cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no âmbito da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Porciúncula e dá outras providências”
7. Lei Orgânica	Lei orgânica do Município de Porciúncula

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Porto Real

Legislação	Ementa
1. Lei nº 401, de 18 de outubro de 2010	Dispõe sobre a instalação de equipamentos hidráulicos que possibilitem a diminuição do consumo de água
2. Lei nº 399, de 13 de outubro de 2010	Altera dispositivos da Lei 270 de 21 de Junho de 2006 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
3. Lei nº 346, de 30 de março de 2009	Institui o Grupamento Ambiental da Guarda Civil Municipal de Porto Real, e dá outras providências
4. Lei nº 334, de 19 de dezembro de 2008	Dispõe sobre o descarte de lâmpadas, pilhas, baterias e outros tipos de acumuladores de energia, no âmbito do município de Porto Real
5. Lei nº 322, de 08 de outubro de 2008	Cria o Código de Direito Ambiental do Município de Porto Real
6. Lei nº 278, de 06 de setembro de 2006	Institui o Fundo Municipal de Conservação Ambiental no Município de Porto Real
7. Lei nº 270, de 21 de junho de 2006	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, criado pelo artigo 5º, III, da Lei Municipal nº 187, de 29 de outubro de 2003

[*\(índice analítico\)*](#)

[*\(índice remissivo\)*](#)

Quatis

Legislação	Ementa
1. Lei complementar nº 03, de 19 de dezembro de 2008	Plano diretor participativo, estratégico e sustentável do município de Quatis e dá outras providências
2. Lei nº 565, de 17 de agosto de 2007	Código Ambiental do Município de Quatis - RJ
3. Lei nº 492, de 22 de dezembro de 2005	Exige a certidão de débito ambiental para processos licitatórios e contratos administrativos junto ao poder público e dá outras providências
4. Lei Orgânica	

[*\(índice analítico\)*](#)

[*\(índice remissivo\)*](#)

Queimados

Legislação	Ementa
1. Lei nº 1093/12, de 26 de abril de 2012	Dispõe sobre a criação da Guarda Ambiental do Município de Queimados - GAMQ
2. Decreto nº 1101/10, de 07 de julho de 2010	Regulamenta o Fundo Municipal de Conservação Ambiental, criado pela lei nº 393/99
3. Lei nº 950/09, de 03 de agosto de 2009	Cria o sistema de controle e licenciamento ambiental municipal de queimados - SICLAM e dá outras providências
4. Decreto nº 267/00, 10 de novembro de 2000	Aprova o Regimento Interno do CONDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
5. Lei nº 393/99, de 03 de maio de 1999	Institui o Código Ambiental do Município de Queimados
6. Decreto nº 09/97 de 27 de fevereiro de 1997	Aprova o regulamento da defesa e proteção da saúde no tocante à alimentação e à higiene habitacional e ambiental do município de queimados

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Quissamã

Legislação	Ementa
Lei nº 286, de 29 de julho de 1994	Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Resende

Legislação	Ementa
1. Lei nº 4489, de 28 de abril de 2009	Dispõe sobre a Ratificação do Protocolo de Intenções para Constituição do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Gestão Ambiental Integrada, em cumprimento ao Artigo 1º da Lei Municipal 2.548/2006 c/c a Lei Federal 11.107/2005
2. Lei nº 4.478, de 17 de dezembro de 2009	Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e Territorial de

	Resende e dá outras providências
3. Lei nº 4.429, de 01 de julho de 2008	Dispõe sobre a Política Ambiental no Município de Resende e dá outras providências
4. Lei nº 4.102, de 29 de abril de 2004	Autoriza a instituição de Programa de Elaboração de Mapas de Riscos Geotécnicos e Ambientais no âmbito do Município de Resende, e dá outras providências
5. Lei nº 3.900, de 13 de dezembro de 2001	Institui a Lei das Edificações na Região da Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira, na Vila de Visconde de Mauá e no Lote 10, na Vila da Pedra Selada e na Vila da Fumaça
6. Lei nº 3.896, de 13 de dezembro de 2001	Institui o Plano Diretor de Ecodesenvolvimento da Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira, criada pelo Decreto Federal N.º 91.304 de 03 de junho de 1985, no Perímetro do Município de Resende, regulamentando e detalhando os critérios de uso do solo e dispondo de medidas que ofereçam parâmetros de ocupação adequada as prioridades de proteção ambiental na Região

(índice analítico)

(índice remissivo)

Rio Bonito

Legislação	Ementa
Decreto nº 739, de 27 de novembro de 2012	Dispõe sobre a criação do fórum da <u>Agenda 21 Local</u> no âmbito do município de Rio Bonito e dá outras providências
Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da <u>Agenda 21 Local</u> do Município Rio Bonito
<u>Agenda 21 Local</u>	Fórum Permanente da <u>Agenda 21</u> do município de Rio Bonito

(índice analítico)

(índice remissivo)

Rio Claro

Legislação	Ementa
1. Lei Municipal Nº 1802 de 16 de outubro de 2014	Institui o Comitê Intersecretarial para Planejamento, Implantação e Monitoramento do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária no âmbito do Município de Rio Claro-RJ e dá outras providências
2. Lei Municipal Nº 775 de 23 de dezembro	Dispõe sobre a implantação do projeto de coleta do óleo

de 2014	vegetal saturado nas escolas da rede pública no município de Rio Claro/RJ
3. Lei Municipal Nº 774 de 23 de dezembro de 2014	Disõe sobre a proibição de lançamento de gordura ou óleo vegetal utilizados na fritura de alimentos, nos encanamentos que interligam a rede de esgotos ou equivalentes e dá outras providências.
4. Lei Municipal nº 690 de 17 de maio de 2013.	Dispõe sobre o recolhimento e descarte de medicamentos vencidos ou não, e da outras providências
5. Lei Municipal nº. 665 de 27 de dezembro de 2012	A presente Lei estabelece a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Claro RJ, com os respectivos cargos de provimento efetivo, cargos subsidiados, os cargos em comissão e as funções gratificadas – art. 46
6. Lei municipal nº 530 de 01 de abril de 2011	Institui o Código Sanitário do Município de Rio Claro e dá outras providências.
7. Lei Municipal 496, de 2010	Institui o Código Municipal de Meio Ambiente.
8. Lei Municipal 510, de 2010	Cria Projeto Produtor de Águas e Floresta.
9. Lei Municipal 420, de 20 de março de 2009	Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente de Rio Claro – FUMDEMA, aprova seu regulamento e dá outras providências.
10. Lei Municipal 385, de 24 de março de 2008	Dispõe sobre a área de Proteção Ambiental Alto Piraí, APA Alto Piraí, no município de Rio Claro, no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
11. Lei Municipal 368, de 2007	Cria o Conselho de Meio Ambiente.
12. Lei Municipal 309, de 22 de setembro de 2005	Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências.
13. Lei Orgânica	

(índice analítico)

(índice remissivo)

Rio das Flores

Legislação	Ementa
1. Lei nº 1.676, de 2013	Dispõe sobre autorização para a Criação da Brigada Municipal Ambiental.
2. Lei nº 1431, de 2009	Dispõe sobre autorização para inserção, no currículo escolar do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Rio das Flores, a disciplina de ESTUDOS DO MEIO AMBIENTE. - Vereador Dedê - Paulo Roberto Figueiredo Vinagre

3. Lei nº 1418, de 2009	Dispõe sobre a conservação das nascentes, minas e olhos d'água no âmbito do Município de Rio das Flôres. - Vereador Dedê - Paulo Roberto Figueiredo Vinagre
4. Lei nº 1417, de 2009	Cria o Fundo Socioambiental do Município de Rio das Flôres e dá outras providências. - Poder Executivo
5. Lei Orgânica	

(índice analítico)

(índice remissivo)

Rio das Ostras

Legislação	Ementa
1. Lei nº 1870, de 2014	Dispõe sobre a GESTÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ de competência da SEMAP, através da Gerência de Resíduos Sólidos.
2. Lei complementar nº 037, de 2013	Dispõe sobre a taxa de coleta remoção e Destinação de lixo.
3. Lei nº 1761, de 2012	Inclui os parágrafos 8º e 9º, no art. 4º, da Lei n. 1669/2012, que trata da Zona Especial Interesse para o Meio Ambiente 1 – ZEIMA 1.
4. Lei nº 1727, de 2012	Altera as disposições das Leis nº 1402/2009 e 1489/2010, que tratam do o Programa de Captação de Reuso de Águas Pluviais.
5. lei nº 1669, de 2012	Altera a Lei n. 1470/2010, que trata da Zona Especial Interesse para o Meio Ambiente 1 – ZEIMA 1.
6. Lei nº 1489, de 2010	Dispõe sobre a alteração da Lei 1402/2009, que trata do o Programa de Captação de Reuso de Águas Pluviais. (ALTERADA PELA LEI 1727/2012)
7. Decreto nº 15, de 2010	Regulamenta a Lei nº 1402/2009 e dispõe sobre os critérios de captação, armazenamento e uso das águas pluviais nas edificações
8. Lei nº 1470, de 2010	Altera a Lei n. 1298/2008, que trata da Zona Especial Interesse para o Meio Ambiente 1 – ZEIMA 1.
9. Lei nº 1402, de 2009	Cria o Programa de Captação de Reuso de Águas Pluviais e dá outras providências (ALTERADA PELAS LEIS: 1489/2010, 1727/2012)
10. Lei nº 1318, de 2008	Dispõe sobre a instalação de sanitários em estabelecimentos, localizados no Município de Rio das Ostras e dá outras providências

11. Lei nº 1298, de 2008	Disciplina o uso e a ocupação do solo na Área de Especial Interesse para o Meio Ambiente – AEIMA, definida pelo anexo VI da Lei complementar nº 4/2006 – Plano Diretor do Município de Rio das Ostras.
12. Lei Complementar nº05/2008	Institui o Código de Meio Ambiente do Município de Rio das Ostras, estabelece normas gerais para a administração da qualidade ambiental em seu território e dá outras providências.
13. Lei Complementar 004/2006	Plano Diretor
14. Lei Orgânica	

(índice analítico)

(índice remissivo)

Rio de Janeiro

Legislação	Ementa
1. Decreto nº 37.775 de 10 de outubro de 2013	Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS da Cidade do Rio de Janeiro
2. Plano Municipal de gestão integrada de resíduos sólidos da Cidade do Rio de Janeiro	Adoção de medidas que reduzam os impactos atuais, que minimizem as emissões de gases de efeito estufa, que facilitem a mobilidade e a acessibilidade, que garantam a resiliência da Cidade e melhores condições de vida para a população
3. Decreto nº 36.972, de 8 de abril de 2013	Dispõe sobre as Instituições que deverão compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro - CONSEMAC e dá outras providências
4. Resolução SMAC nº 519, de 21 de agosto de 2012	Disciplina a apresentação de Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC
5. Portaria “N” COMLURB nº 10, de 01 de dezembro de 2011	Estabelece as diretrizes para o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas que desejam prestar serviços de coleta e remoção de resíduos sólidos especiais na Cidade do Rio de Janeiro
6. Decreto Municipal nº 34.873, de 6 dezembro de 2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de misturas asfálticas com asfalto borracha na pavimentação de vias expressas e rodovias no Município do Rio de Janeiro, salvo as exceções que menciona
7. Decreto nº 34.771, de 23 de novembro de 2011	Regulamenta a Lei Complementar nº 112 de 17 de março de 2011 que dispõe sobre a individualização dos medidores de consumo de água nas edificações multifamiliares, comerciais e mistas
8. Decreto nº 34.290, de 15 de agosto de 2011	Aprova o Plano Municipal de saneamento para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (PMSB-AE)
	Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de agregados

9. Decreto nº 33.971 de 13 de junho de 2011	reciclados, oriundos de resíduos da construção civil – RCC em obras e serviços de engenharia realizados pelo Município do Rio de Janeiro, dá outras providências e revoga os artigos 35 e 36 do Decreto nº 27.078, de 27.09.2006
10. Lei Complementar No 111, de 01/02/2011 - Plano Diretor	Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor no Rio de Janeiro e dá outras providências
11. Lei nº 5.248, de 27 de janeiro de 2011	Institui a Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, dispõe sobre o estabelecimento de metas de redução de emissões antrópicas de gases de efeito estufa para o Município do Rio de Janeiro e dá outras providências
12. Decreto nº 32.889 de 8 de outubro de 2010	Regulamenta as Leis nº 4.801 de 2 de abril de 2008, nº 4.961 e 4.969 de 3 de dezembro de 2008, no que concerne à proibição de destinação inadequada de óleos e gorduras de uso culinário por pessoas jurídicas, inclusive estabelecendo as sanções administrativas cabíveis.
13. Decreto nº 32.119, de 13 de abril de 2010	Altera o Decreto nº 23.940, de 30 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de reservatórios que permitam o retardamento do escoamento das águas pluviais a rede de drenagem, e dá outras providências
14. Resolução SMAC nº 468, de 28 de janeiro de 2010	Dispõe sobre a análise e informações das condições das areias das praias no Município do Rio de Janeiro
15. Decreto Municipal nº 31.416, de 30 de novembro de 2009	Determina que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos PGIRS Público considere os objetivos de redução de emissão de gases de efeito estufa na cidade do Rio de Janeiro
16. Decreto nº 30.624 de 22 de abril de 2009	Institui a separação dos materiais recicláveis descartados pela administração pública municipal na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências
17. Lei nº 4.991 de 22 de janeiro de 2009	Dispõe sobre a obrigatoriedade da limpeza das caixas de gordura nas edificações do Município do Rio de Janeiro, na forma que menciona.
18. Lei nº 4.961 de 3 de dezembro de 2008	Veda estabelecimentos comerciais e industriais a lançarem óleos comestíveis na rede de esgoto do Município
19. Lei Municipal nº 4.969, de 3 de dezembro de 2008	Dispõe sobre objetivos, instrumentos, princípios e diretrizes para a gestão integrada de resíduos sólidos no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências
20. Lei nº 4.801 de 2 de abril de 2008	Institui o tratamento e reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário no Município do Rio de Janeiro
21. Lei Complementar nº 85, de 11 de dezembro de 2007	Dispõe sobre a obrigatoriedade de hotéis, motéis e similares possuírem sistema de reaproveitamento de água e dá outras providências
22. Resolução Conjunta SMAC/ SMO/SMU nº 01, de 19 de setembro de 2007	Demarcação de Áreas “Non Aedificantis” Obs.: <u>Resolução Conjunta SMAC/SMO/SMU nº 02 de 06 de janeiro</u>

	de 2011 - revoga a Resolução SMAC/SMO/SMU nº 01 de 19/09/2007
23. Decreto nº 28.329, de 17 de agosto de 2007	Regulamenta critérios e procedimentos destinados ao Licenciamento Ambiental, à Avaliação de Impactos Ambientais e ao Cadastro Ambiental de atividades e empreendimentos que menciona e dá outras providências
24. Decreto nº 27.078 de 27 de setembro de 2006	Institui o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e dá outras providências
25. Lei nº 4.191, de 30 de setembro de 2003	Dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá outras providências
26. Lei nº 3.697, de 09 de dezembro de 2003	Estabelece a obrigatoriedade de limpeza e higienização dos reservatórios de água, para fins de manutenção dos padrões de potabilidade
27. Decreto nº 21.523, de 06 de junho de 2002	Dispõe sobre o Monitoramento e Fiscalização das Lagoas do Território da Cidade do Rio de Janeiro
28. Decreto nº 21.305 de 19 de abril de 2002	Regulamenta a Lei nº 3.273, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a Gestão dos Serviços de Limpeza Urbana e dá outras providências.
29. Lei nº 3.273 de 6 de setembro de 2001	Dispõe sobre a Gestão do Sistema de Limpeza Urbana no Município do Rio de Janeiro
30. Decreto nº 19.716, de 02 de abril de 2001	Cria o Sistema de Monitoramento e Fiscalização dos Lagos no território do Município do Rio de Janeiro
31. Decreto nº 18.415, de 01 de março de 2000	Estabelece parâmetros de uso para o espelho d'água da Lagoa Rodrigues de Freitas
32. Lei Nº 2.390, de 01 de dezembro de 1995	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMAC
33. Lei Nº 2.138, de 11 de maio de 1994	Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC
34. Decreto nº 10.082, de 27 de março de 1991	Institui o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município do Rio de Janeiro, regulamenta a Lei nº 1.631, 21 de junho de 1990 e dá outras providências
35. Lei nº 1.631, de 21 de junho de 1990	Dispõe sobre o lançamento de esgotos sanitários em corpos hídricos receptores do Município
36. Lei nº 1.265, de 22 de junho de 1988	Dispõe sobre o controle da potabilidade de água consumida no Município do Rio de Janeiro
37. Lei nº 1.214, de 04 de abril de 1988	Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CODEMAN

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Santa Maria Madalena

Legislação	Ementa
Lei Orgânica do Município de Santa Maria Madalena, de 05 de abril de 1999	Capítulo VII do Meio Ambiente.

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Santo Antônio de Pádua

Legislação	Ementa
Lei Orgânica de Santo Antônio de Pádua de 05 de abril de 1990	Capítulo IX – artigo 153 – Seção VII – Da Política Do Meio Ambiente.

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

São Fidélis

Legislação	Ementa
Lei orgânica	

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

São Francisco de Itabapoana

Legislação	Ementa
Lei complementar nº 01/2006 de 10 de outubro de 2006	Institui o novo código de postura do município de São Francisco de Itabapoana e dá outras providências
Lei Orgânica de São Francisco de Itabapoana de 30 de julho de 1999	

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

São Gonçalo

Legislação	Ementa
1. Lei complementar nº 012, de 2011	Dispõe sobre os projetos habitacionais de interesse social a serem implantados no município de São Gonçalo e dá outras providências
2. Lei Complementar, nº 7 de 2010	Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano
3. Lei Complementar nº 6, de 2010	Estabelece normas gerais pra o parcelamento do solo urbano e sobre condomínios urbanísticos no Município de São Gonçalo e dá outras providências – art. 34
4. Lei nº 1, de 2009	Aprova a revisão do Plano Diretor do Município de São Gonçalo e dá outras providências
5. Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do fórum permanente da <u>Agenda 21 Local</u> do município de São Gonçalo
6. <u>Agenda 21 Local</u>	Fórum Permanente da <u>Agenda 21</u> do município de São Gonçalo
7. Lei nº 64, de 28 de julho de 2008	Institui o programa da <u>Agenda 21 Local</u> no âmbito do Município de São Gonçalo, e da outras providências
8. Lei nº 17, de 2003 (Código de Posturas)	Institui o novo Código de Posturas de São Gonçalo e dá outras providências

(índice analítico)

(índice remissivo)

São João da Barra

Legislação	Ementa
Plano Diretor de São João da Barra, 03 de outubro de 2006	
Lei Orgânica Municipal de São João da Barra de 05 de abril de 1990	

(índice analítico)

(índice remissivo)

São João de Meriti

Legislação	Ementa
------------	--------

1. Decreto nº 5.205, de 28 de julho de 2011	Institui o Programa Municipal de Incentivo ao Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal ou Animal e de Uso Culinário, no Município de São João de Meriti
2. Lei nº 1.768, de 08 de fevereiro de 2011	Altera dispositivos da Lei 1.755, de 16 de dezembro de 2010 e dá outras providências
3. Lei nº 1.756, de 14 de dezembro de 2010	Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento, controle e fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local, considerados efetiva ou potencialmente poluidores e/ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental no Município de São João de Meriti
4. Lei nº 1.755, de 14 de dezembro de 2010	Altera a Lei nº 1.019, de 16 de junho de 1999, que criou o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São João de Meriti e dá outras providências
5. Lei Complementar nº 106, de 09 de dezembro de 2008	Cria taxas de Licenciamento Ambiental Municipal, taxa de Autorização Municipal para Corte de Árvore e dá outras providências
6. Lei nº 1.642, de 09 de dezembro de 2008	Dispõe sobre a adoção de medida compensatória e mitigadora aos impactos negativos sobre o meio ambiente, provenientes das atividades e ações antrópicas de construção de edificações, loteamentos, obras de vias de rodagem expressas e similares e supressão de vegetação no município de São João de Meriti
7. Decreto nº 4.220, de 25 de março de 2004	Cria o Parque Natural Municipal Jardim Jurema, no Município de São João de Meriti, e dá outras providências
8. Decreto nº 4.038, de 24 de fevereiro de 2003	Regulamenta o credenciamento e os serviços de plantio e poda de espécies arbóreas em áreas públicas e dá outras providências
9. Lei nº 1.203, de 06 de novembro de 2002	Dispõe disciplina à coleta, transporte e destinação final de resíduos não abrangidos pela coleta regular do lixo
10. Lei nº 1.180, de 19 de junho de 2002	Obriga as empresas que comercializam pilhas e baterias de celular no Município de São João de Meriti a possuírem locais para coleta dos usados e a fixarem placas com informações sobre prejuízos causados ao meio ambiente
11. Lei nº 1.146, de 13 de novembro de 2001	Dispõe sobre a campanha permanente de incentivo à arborização de ruas, praças e jardins da Cidade e dá outras providências
12. Decreto nº 3.710, de 09 de fevereiro de 2001	Cria o Parque Municipal da Boa Vista
13. Lei nº 1.091, de 28 de novembro de 2000	Cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente
14. Lei Complementar nº 046, de 16 de maio de 2000	Institui no Município de São João de Meriti as condições básicas de proteção da coletividade contra a poluição sonora na forma desta Lei

(índice analítico)

(índice remissivo)

Data da atualização: 12.03.2019

página 44 de 65

Os links podem sofrer alterações. Caso não esteja visualizando a íntegra, entre em contato com:
seesc@tjrj.ius.br

São José de Ubá

Legislação	Ementa
Lei nº 69 de 12 de setembro de 2006	Institui o Código de Postura do Município de São José de Ubá/RJ
Lei municipal nº 5, de 13 de maio de 2002	Dispõe sobre a autorização para fazer a coleta de lixo hospitalar e incinera-lo bem como de postos de saúde e farmácias de São José de Ubá.
Lei Orgânica do município de São José de Ubá	

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

São José do Vale do Rio Preto

Legislação	Ementa
Lei Orgânica	
Lei nº 6 de 12 de maio de 1992	Institui o Código de Postura do Município de São José do Vale do Rio Preto

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

São Pedro da Aldeia

Legislação	Ementa
1. Lei nº 1828, de 12 de junho, 2013	Estabelece condições de uso e ocupação do solo para o Município de São Pedro da Aldeia, e dá outras providências
2. Emenda revisional à lei orgânica nº 20, de 27 de setembro de 2011	Dispõe sobre emenda revisional à Lei Orgânica Municipal de São Pedro da Aldeia
3. Lei nº 2095, de 3 de dezembro de 2008	Institui o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUMMEA, e dá outras providências.
4. Lei nº 1.879, de 26 de dezembro de 2005	Mensagem nº 27, de 16 de dezembro de 2005. Autoriza o poder executivo a extinguir o Fundo Municipal do Meio Ambiente, e dá

	outras providências
5. Lei nº 1.856, DE 16 de agosto de 2005	Dispõe sobre a dissolução e extinção da Brigada Ambiental do município de São Pedro da Aldeia.
6. Código de Posturas, 15 de agosto de 2005	
7. Lei complementar nº 40, de 03 de fevereiro de 2005	Dispõe sobre o Plano Diretor do município de São Pedro da Aldeia, e dá outras providências
8. Lei nº 1.776, de 28 de maio de 2004	Altera o artigo 2º e 6º da Lei nº 1737, de 10 de outubro de 2003, que cria a Brigada Ambiental do Município de São Pedro da Aldeia.
9. Lei nº 1.737, de 10 de outubro de 2003	Cria a Brigada Ambiental do Município de São Pedro da Aldeia, neste Estado, aprova o plano de uniformes, o Estatuto, o Plano de Organização, o Regulamento Disciplinar e o Gabinete de Identificação da Brigada Ambiental do Município de São Pedro da Aldeia.
10. Lei nº 1.702, de 14 de maio de 2003	Mensagem nº 04, de 27 de fevereiro de 2003. Dispõe sobre a criação de Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU e Área de Especial Interesse Urbanístico e Ambiental - AEIUA e dá outras providências.
11. Lei nº 1459, de 27 de dezembro de 2000	Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos de São Pedro da Aldeia (COMASPA) e dá outras providências

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

São Sebastião do Alto

Legislação	Ementa
Lei Orgânica nº 01 de abril de 1990, do Município de São Sebastião do Alto	Lei Orgânica do Município de São Sebastião do Alto
Lei n. 02/76	Institui o Código Administrativo Municipal de São Sebastião do Alto e dá outras providencias

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Sapucaia

Legislação	Ementa
Lei orgânica do município de Sapucaia	
Deliberação nº 1.115, de 07 de janeiro de 1977	Código de Posturas do Município de Sapucaia

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Saquarema

Legislação	Ementa
1. Lei nº 1055, de 19 de março de 2010	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências
2. Decreto nº 41.820 de 16 de abril de 2009	Aprova o Plano de Manejo da área de proteção ambiental de Massambaba – Apa de Massambaba, localizada nos municípios de Saquarema, Araruama e Arraial do Cabo, criada pelo Decreto nº 9.529-C , de 15/12/86
3. Lei nº 904, de 14 de novembro 2007	Institui o programa da Agenda 21 Local no âmbito do município de Saquarema e dá outras providências
4. Lei nº 848, de 10 outubro de 2006	Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico - Participativo do Município de Saquarema
5. Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da Agenda 21 Local do município de Saquarema
6. Agenda 21 Local	Fórum Permanente da Agenda 21 do município de Saquarema

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Seropédica

Legislação	Ementa
Lei Orgânica do Município de Seropédica, de 30 de junho de 1997	Seção I Do Meio Ambiente – Artigo 188

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Silva Jardim

Legislação	Ementa
1. Lei nº 1429, de 28 de dezembro 2008	Licenciamento Ambiental
2. Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da Agenda 21 Local do município de Silva Jardim
3. Agenda 21 Local	Fórum Permanente da Agenda 21 do município de Silva Jardim
4. Lei nº 50, de 20 de outubro de 2006	Plano Diretor

(índice analítico)

(índice remissivo)

Sumidouro

Legislação	Ementa
Lei municipal nº 960, de 8 de novembro de 2010	Estabelece o Código de Posturas do Município
Lei orgânica do município	

(índice analítico)

(índice remissivo)

Tanguá

Legislação	Ementa
1. Lei nº 726, de 15 de dezembro de 2009	Autoriza o poder Executivo a criar no âmbito municipal o Programa e o Fórum da Agenda 21 de Tanguá.
2. Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da Agenda 21 Local do Município de Tanguá
3. Agenda 21 Local	Fórum Permanente da Agenda 21 do município de Tanguá
4. Lei 639/07, de 12 de novembro de 2007	Cria no âmbito do município de Tanguá a Agenda 21 Local

(índice analítico)

(índice remissivo)

Teresópolis

Legislação	Ementa
------------	--------

1. Lei Municipal nº 3017, de 01/06/2011	Institui a Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA e cria o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental - GTEA
2. Lei Municipal nº 2925, de 18/05/2010	Institui o Código de Meio Ambiente do Município de Teresópolis-RJ e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMMADC
3. Lei Municipal nº 2.838, de 13 de novembro de 2009	Cria no âmbito do município de Teresópolis o programa da <u>Agenda 21 Local</u> e dá outras providências
4. Decreto nº 3.757 de 10 de dezembro de 2009 - Regimento Interno	Estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum Permanente da <u>Agenda 21 Local</u> do Município de Teresópolis
5. Agenda 21 Local	Fórum Permanente da <u>Agenda 21</u> do município de Teresópolis
6. Lei Municipal nº 2284, de 12/08/2003	Dispõe sobre o armazenamento, a comercialização e o destino final de resíduos e embalagens de agrotóxicos e revoga a Lei Municipal nº 2.198/2002
7. Lei Municipal nº 1642, de 05/12/1995	Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção Ambiental

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Trajano de Moraes

Legislação	Ementa
Lei Orgânica do Município de Trajano de Moraes de 1990	Lei Orgânica do Município de Trajano de Moraes

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Três Rios

Legislação	Ementa
Lei Orgânica do Município, 19 de novembro de 2002	
Lei nº 1.716 de 27 de dezembro de 1990	Institui o Código de Posturas do Município de Três Rios

([índice analítico](#))

([índice remissivo](#))

Valença

Legislação	Ementa
Projeto de Lei nº 1977/01	Dispõe sobre o Código de Política Ambiental do Município de Valença, na forma prevista pelo parágrafo único, do artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, dando outras providências correlatas

(índice analítico)

(índice remissivo)

Varre-Sai

Legislação	Ementa
Lei Orgânica do Município de Varre-Sai	
Lei nº 149/95	Instituiu o Código de Obras

(índice analítico)

(índice remissivo)

Vassouras

Legislação	Ementa
1. Lei nº 2502, de 19 outubro de 2009	Institui incentivos nas unidades da rede de ensino municipal de amor aos bichos e ao meio ambiente.
2. Lei nº 2277, de abril de 2007	Declara de utilidade pública CRIJOVIMAN – Protetores da Criança, Jovem, Idoso e Meio Ambiente
3. Lei nº 2227, de 14 de agosto de 2006	Dispõe sobre a política de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida no Município de Vassouras e dá outras providências
4. Lei nº 1926, de 4 de setembro de 2001	Dispõe sobre ratificação de convênio entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Município de Vassouras e dá outras correlatas providências
5. Lei nº 1697, de 20 de dezembro de 1994	Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal a celebrar convênio de adesão para cooperação técnico-financeira entre a LIGHT-Serviços de Eletricidade S.A. e o CEIVAP, com as prefeituras e outras entidades públicas e privadas, localizadas na área de concessão de seus serviços, visando a implementação de um Programa de Gerenciamento Ambiental, bem como cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA .
6. Lei Orgânica do Município de Vassouras	
7. Lei nº 1024, de 31 de dezembro de 1976	Institui o Código de Posturas de Vassouras

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Volta Redonda

Legislação	Ementa
Lei nº 4.438, de 2008	Cria o Código Municipal de Meio Ambiente de Volta Redonda
Lei nº 3.326, de 1997	Dispõe sobre a Política Ambiental do Município de Volta Redonda
Lei Municipal nº 2.411, de 1989	Proíbe a construção, armazenamento e transporte de armas nucleares em Volta Redonda

[\(índice analítico\)](#)

[\(índice remissivo\)](#)

Agenda 21

“A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.”

“A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002”. (disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21> - último acesso em: 23 de julho de 2013)

Agenda 21 Global

“A Organização das Nações Unidas – ONU realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A CNUMAD é mais conhecida como Rio 92, referência à cidade que a abrigou, e também como “Cúpula da Terra” por ter mediado acordos entre os Chefes de Estado presentes.

*179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a **Agenda 21 Global**, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado ‘desenvolvimento sustentável’. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI”. (disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> - último acesso em: 13 de fevereiro de 2014)*

Agenda 21 Local

“A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento

e revisão desses projetos e ações”. (disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21> - último acesso em: 13 de fevereiro de 2014)

Agenda 21 Local – RJ

“Articulação local para o desenvolvimento sustentável na região Leste Fluminense. Participam da Agenda 21 Comperj 14 municípios do Estado do Rio de Janeiro, que se integram através de seus Fóruns Locais”. (disponível em: <http://agenda21comperj.com.br/resultados/agendas-21-locais> - último acesso em: 13 de fevereiro de 2014)

Clique **aqui** para conhecer os Municípios participantes.

(índice analítico)

(índice remissivo)

ÍNDICE REMISSIVO

(índice analítico)

A

Agenda 21

Agenda 21 Global

Agenda 21 Local

Agenda 21 Local – RJ

Angra dos Reis

Lei 1780/2007

Lei 1754/2006

Lei Orgânica/1990

Aperibé

Lei Orgânica/1993

Lei 519/2012

Lei 506/2011

Lei 482/2011

lei 414/2009

Lei 413/2009

Araruama

Lei orgânica/2010

Decreto 41820/2009

Plano Diretor/2006

Lei Complementar 08/1995

Data da atualização: 12.03.2019

página 52 de 65

Os links podem sofrer alterações. Caso não esteja visualizando a íntegra, entre em contato com:
seesc@tjrj.ius.br

Areal

Código de posturas
Lei Orgânica/1995

Armação dos Búzios

Lei Complementar nº 13/2006
Lei 86/1998
Lei Orgânica/1997

Arraial do Cabo

Lei 41820/2009
Lei Orgânica

B

Barra do Pirai

Plano Municipal de Saneamento/2014
Lei Complementar 01/2009
Lei Complementar 02/2009
Lei Complementar 01/2006

Barra Mansa

Lei 3848/2009
Lei 3779/2008
Lei 3049/1998
Lei 2354/1990
Lei 1517/1979

Belford Roxo

Lei Orgânica/1993

Bom Jardim

Lei Complementar 76/2006
Lei Orgânica/1990

Bom Jesus do Itabapoana

Lei 896/2009	Lei 2142/2002
Lei 885/2009	Lei 681/2002
Lei 826/2007	Lei 595/2000
Lei 823/2007	Lei 547/1999
Lei Complementar 1/2006	Lei 545/1999
Lei 2369/2005	Lei Orgânica/1990
Lei 2368/2005	Lei 246/1989
Lei 2169/2002	

C

Cabo Frio

Lei 2330/2010
Lei 2289/2010
Lei 2084/2007
Lei 1894/2006
Lei Compl. 4/2006
Lei 1680/2003

Lei 1492/1999
Lei 1484/1999
Lei 1118/1991
Lei Orgânica
Lei 738/1987
Lei 108/1979

Cachoeiras de Macacu

Lei 1777/2009
R.I. Agenda 21 Local
Agenda 21 Local
Lei Orgânica/1988

Cambuci

Lei 54/2010
Lei 44/2010
Lei 568/2007
Lei Orgânica/1990

Campos dos Goytacazes

Lei 8096/2009
Lei 8093/2009
Lei 8092/2009
Lei 8091/2009
Lei 8088/2009
Lei 7967/2007
Lei 7908/2007

Lei 7889/2006
Lei 7818/2006
Lei 7664/2004
Lei 7661/2004
Lei 7660/2004
Lei 7601/2004

Cantagalo

Lei 939/2009
lei complementar 1/2006
Lei 340/1998
Lei 18/1989

Carapebus

Lei Complementar 7/2001
Lei Orgânica/1998

Cardoso Moreira

Lei Orgânica/1997

Carmo

Lei Orgânica/1990

Casimiro de Abreu

Atribuições CODEMA
Lei 1352/2010
Regimento Interno CODEMA
Projeto de Lei nº
R.I. Agenda 21 Local
Agenda 21 Local
Lei Orgânica/1990

Comendador Levy Gasparin

Lei 582/2007
Lei 350/2000
Lei 319/1999
Lei Orgânica

Conceição de Macabu

Lei Orgânica/1990

Cordeiro

Lei 1629/2011
Lei 1597/2011
Lei 1552/2010

D

Duas Barras

Lei 1032/2010
Lei 968/2009
Lei 965/2009
Lei 967/2009
Lei 972/2009
Lei Orgânica

Duque de Caxias

Lei 5623/2009
Lei 2191/2008
Lei 2055/2007
Lei 2051/2007
Lei 2022/2006
Lei Orgânica/1990

E

Engenheiro Paulo de Frontin

Plano Diretor

Lei 615-A/1999
Lei orgânica

G

Guapimirim

Lei 639/2009
R.I. Agenda 21 Local
Agenda 21 Local
Lei Orgânica/1993

I

Iguaba Grande

Lei 979/2010
Lei 82/2008
Lei Orgânica/1997

Itaboraí

Lei 2176/2010
Decreto 61/2010
Lei 2122/2009
Lei Complementar 71/2008
R.I. Agenda 21 Local
Agenda 21 Local
Lei 2070/2008
Decreto 89/2007
Lei 2023/2007
Lei 1725/2002

Itaguaí

Lei Orgânica/2011

Italva

Lei 404/2002
Lei 404/2001
Lei 01/1990

Itaocara

Lei 843/2010
Lei 819/2009
Lei 400/1997
Lei 302/1993

Itaperuna

Lei 404/2007

Lei 403/2007
Lei Orgânica

Itatiaia

Lei Complementar 8/1998

J

Japeri

Lei 1242/2012
Lei 1241/2012
Lei 17/2012
Lei 1220/2011
Lei 1196/2010
Lei 1195/2010
Lei 908/2000
Lei 196/1994

L

Laje do Muriaé

Lei nº 50/1984
Lei nº 65/1985
Lei Orgânica/1990

M

Macaé

Lei 3345/2010
Lei complementar 149/2010
Lei 3010/2007
Decreto 90/2002
Lei Complementar 27/2001

Macuco

Lei 89/1999
Lei 54/1998
Lei 12/1997
Lei 43/1997

Magé

Agenda 21 Local
Lei 1773/2006
Lei Orgânica/1990

Mangaratiba

Decreto 1912/2008
Lei 637/2008
Lei 538/2008
Lei 458/2005
Lei 325/2001
Lei Orgânica/1990

Maricá

Agenda 21 Local	Lei 2132/2005
Lei 2368/2011	Lei 2126/2005
Lei 2364/2011	Lei 1670/1997
Lei 2352/2010	Lei 1598/1996
R.I. Agenda 21 Local	Lei 960/1991
Lei 2292/2009	Lei 485/1985

Mendes

Lei 1561/2012
Lei 1560/2012
Lei 1456/2010
Lei 1421/2010

Mesquita

Lei 606/2009	Decreto 456/2006
Lei 601/2009	Lei 239/2006
Lei 503/2008	Lei 211 de 2005
Lei 701/2008	Lei 131 de 2002
Lei 485/2008	Lei 128/2002
Lei 474/2008	Lei 65/2002
Lei 473/2008	Lei compl 2/2002
Decreto 595/2007	

Miguel Pereira

Lei complementar nº 133/2006
Lei complementar nº 19/1995
Lei orgânica

Miracema

Lei 1471/2013
Lei complementar 1126/2006
Lei orgânica/1999
Lei 740/1998

N

Natividade

Lei 365/2007
Lei Orgânica/1990

Nilópolis

Lei complementar 68/2006
Lei orgânica/1990

Niterói

Lei 3006/2013
Lei 2687/2009
Lei 2635/2009
R.I. Agenda 21 Local
Agenda 21 Local
Lei 2602/2008

Nova Friburgo

Lei 4033/2011
Lei 3979/2011
Lei 3945/2011
Lei 3721/2009
Lei Complementar/2009

Lei 3172/2002
R.I. Agenda 21 Local
Agenda 21 Local
Lei Complementar 45/2009

Nova Iguaçu

Lei 3880/2007
Lei 3849/2007
Lei 3750/2005
Lei complementar 6/1997
Lei 2868/1997

P

Paracambi

Lei 893/2008

Paraíba do Sul

Lei 2493/2006
Lei orgânica/1999
Lei 1124/1979

Paty do Alferes

Decreto 4011/2014
Lei 1691/2010
Lei complementar 10/2006

Paraty

Lei 1621/2008

Lei 1620/2008
Lei 1614/2008
Lei 1497/2006
Lei 1455/2004
Lei 1448/2004
Lei 1097/1998
Lei 892/1992

Petrópolis

Lei 7042/2012
Lei 7036/2012
Lei 7034/2012
Lei 7028/2012
Lei 7018/2012
Lei 6857/2011
Lei 6855/2011
Lei 6825/2011
Lei 6818/2011
Lei 6748/2010
Lei 6723/2010
Lei 6628/2008
Lei 6618/2008
Lei 6545/2008
Lei 6495/2007
Dec.568/2007
Lei 6477/2007
Dec.482/2007
Dec. 471/2007
Lei 6433/2007
Lei 6389/2006
Lei 6362/2006
Dec. 281/2006
Dec. 181/2005
Lei 6280/2005
Dec. 49/2005
Lei 6240/2005

Lei 6187/2004
Lei 6101/2004
Lei 6097/2004
Res.1/2003
Dec. 424/2002
Lei 5876/2002
Lei 5843/2002
Lei 5817/2001
Lei 5801/2001
Lei 5624/2000
Lei 5465/1998
Lei 5437/1998
Lei 5379/1998
Lei 5045/1993
Lei 4784/1990
Lei 4701/1990
Lei 4698/1990
Lei 4457/1986
Lei 3988/1979
Lei 3981/1979
Dec. 143/1976
Deliberação 3510/1973
Deliberação 3108/1971
Deliberação 2912/1970
Deliberação 1992/1964
Deliberação 658/1956

Pinheiral

Lei compl.03/2008
Lei nº 387/2007
Lei orgânica

Piraí

Lei Complementar 18/2008

Porciúncula

Lei 1820/2010
Lei 1772/2009
Lei 1771/2009

Lei 1790/2009
Lei Compl 66/2009
Lei 1658/2007
Lei Orgânica

Porto Real

Lei 401/2010
Lei 399 2010
Lei 334/2008
Lei 346/2009
Lei 322/2008
Lei 278/2006
Lei 270/2006

Q

Quatis

Lei Compl 03/2008
Lei 565/2007
Lei 492/2005
Lei Orgânica

Queimados

Lei 1093/2012
Lei 1101/2010
Lei 950/2009
Decreto 267/2000
Lei 393/1999
Decreto 09/1997

Quissamã

Lei 286/1994

R

Resende

Lei 4478/2009
Lei 4429/2008
Lei 4102/2004
Lei 3900/2001
Lei 3896/2001

Rio Bonito

Decreto 739/2012
R.I. Agenda 21 Local
Agenda 21 Local

Rio Claro

Lei 1802/2014
Lei 775/2014
Lei 774/2014
Lei 690/2013
Lei 665/2012
Lei 530/2011
Lei 496/2010

Lei 510/2010
Lei 420/2009
Lei 385/2008
Lei 368/2007
Lei 309/2005
Lei Orgânica

Rio das Flores

Lei 1676/2013
Lei 1431/2009
Lei 1418/2009
Lei 1417/2009
Lei Orgânica

Rio das Ostras

Lei 1870/2014
Lei compl 37/2013
Lei 1761/2012
Lei 1727/2012
Lei 1669/2012
Lei 1489/2010
Decr 15/2010

Lei 1470/2010
Lei 1402/2009
Lei 1318/2008
Lei 1298/2008
Lei compl 5/2008
Lei 4/2006
Lei Orgânica

Rio de Janeiro

Decreto 36972/2013
Dec. 37775/2013
Plano Munic. de Gestão de Resíduos
Res. SMAC nº 519/2012
Portaria N COMLURB nº 10/2011
Decreto 34873/2011
Decreto 34771/2011
Decreto 34290/2011
Dec.33971/2011
Lei complementar 111/2011
Lei 5248/2011
Decreto 32119/2010
Res. SMA nº 468/2010
Decreto 3146/2009
Dec. 30624/2009
Lei 4991/2009
Lei 4961/2009
Lei 4801/2008

Lei 4969/2008
Lei Complementar 85/2007
Res.Conj.SMAC/SMO/SMU 01/2007
Decreto 28329/2007
Lei Compl 85/2007
Dec. 27078/2006
Lei 3697/2003
Decreto 21523/2002
Dec. 21305/2002
Decreto 19716/2001
Lei 3273/2001
Decreto 18415/2000
Lei 2390/1995
Lei 2138/1994
Decreto 10082/1991
Lei 1631/1990
Lei 1265/1988
Lei 1214/1988

S

Santa Maria Madalena

Data da atualização: 12.03.2019

página 62 de 65

Os links podem sofrer alterações. Caso não esteja visualizando a íntegra, entre em contato com:
seesc@tjrj.ius.br

Lei Orgânica/1999

Santo Antônio de Pádua

Lei Orgânica/1990

São Fidélis

Lei orgânica

São Francisco do Itabapoana

Lei orgânica

Plano Diretor

São Gonçalo

Lei complementar 12/2011

Lei complementar 7/2010

Lei complementar 6/2010

Lei 1/2009

R.I. Agenda 21 Local

Agenda 21 Local

Lei 64/2008

Lei 17/2003

São João da Barra

Lei orgânica

Plano Diretor

São João de Meriti

Lei 5205/2011

Lei 1768/2011

Lei 1756/2010

Lei 1755/2010

Lei Complementar 106/2008

Lei 1642/2008

Decreto 4220/2004

Decreto 4038/2003

Lei 1203/2002

Lei 1180/2002

Lei 1146/2001

Decreto 3710/2001

Lei 1091/2000

Lei Compl. 46/2000

São José de Ubá

Lei orgânica

Plano Diretor

São José do Vale do Rio Preto

Lei orgânica

Lei 6/1992

São Pedro da Aldeia

Lei nº 1828/2013

Emenda 20/2011

Lei 2095/2008

Lei 1879/2005

Lei 1856/2005

Código de Posturas

Lei compl 40/2005

Lei 1776/2004

Lei 1737/2003
Lei 1702/2003

Lei 1459/2000

São Sebastião do Alto

Lei Orgânica/1990

Sapucaia

Lei orgânica

Deliberação 1115/1977

Saquarema

Lei 1055/2010

Decreto 41820/2009

Lei 904/2007

Lei 848/2006

R.I. Agenda 21 Local

Agenda 21 Local

Seropédica

Lei Orgânica/1997

Silva Jardim

Lei 1429/2008

R.I. Agenda 21 Local

Agenda 21 Local

Lei 50/2006

Sumidouro

Lei 960/2010

Lei orgânica

T

Tanguá

Lei 726/2009

R.I. Agenda 21 Local

Agenda 21 Local

Agenda 21 Local

Lei 639/2007

Teresópolis

Lei 3017/2011

Lei 2925/2010

Lei 2838/2009

Decreto 3757/2009 -

R.I. Agenda 21 Local

Agenda 21 Local

Lei 2284/2003
Lei 1642/1995

Trajano de Moraes

Lei Orgânica/1990

Três Rios

Lei orgânica
Lei 1716/1990

V

Valença

Projeto de Lei 1977/2001

Varre-Sai

Lei orgânica
Lei 149/1995

Vassouras

Lei 2502/2009
Lei 2277/2007
Lei 2227/2006
Lei 1926/ 2001
Lei 1697/1994
Lei orgânica
Lei 1024/1976

Volta Redonda

Lei 4438/2008
Lei 3326/1997
Lei 2411/1989

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo
Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br